

Universidade Federal do Pampa

**TRABALHO DE CONCLUSÃO
DE CURSO**

**EDUCAÇÃO CIDADÃ E SERVIÇO SOCIAL NA
CONTRAMÃO DA CONCEPÇÃO BURGUESA DE
EDUCAÇÃO: EM ANÁLISE, A EXPERIÊNCIA DE
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO
SOCIAL**

**Autor: Charles Machado Hoepner
Orientadora: Prof^a Me. Mariléia Goin**

SÃO BORJA/RS

2014

CHARLES MACHADO HOEPNER

**EDUCAÇÃO CIDADÃ E SERVIÇO SOCIAL NA CONTRAMÃO DA CONCEPÇÃO
BURGUESA DE EDUCAÇÃO: EM ANÁLISE, A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Me. Mariléia Goin

**São Borja
2014**

CHARLES MACHADO HOEPNER

**EDUCAÇÃO CIDADÃ E SERVIÇO SOCIAL NA CONTRAMÃO DA CONCEPÇÃO
BURGUESA DE EDUCAÇÃO: EM ANÁLISE, A EXPERIÊNCIA DE ESTÁGIO
SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social
da Universidade Federal do Pampa, como
requisito parcial para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Área de concentração: Ciências Sociais
Aplicadas

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 14/03/2014.

Banca examinadora:

Prof^a. Me. Mariléia Goin
Orientadora
(Serviço Social/ graduação)- UNIPAMPA

Prof. Me. Fabio Jardel Gaviraghi
(Serviço Social/ graduação) - UFSM

Prof^a. Dra. Simone Barros de Oliveira
(Serviço Social/ graduação)- UNIPAMPA

Dedico este trabalho a minha mãe Rita de Cássia Machado, que nunca mediu esforços para realizar meus sonhos, mesmo quando isso significava abrir mão dos seus. Mãe, não há definição de amor que mensure o que eu sinto por você. Te amo!

AGRADECIMENTOS

É chegada a hora de dizer adeus a mais uma etapa da minha vida. Foram os quatro melhores anos que eu vivi porque, apesar do cansaço e das constantes reclamações nenhum outro momento contribuiu tanto para o meu crescimento enquanto ser humano. Nesses quatro anos eu pude conhecer muitas pessoas, vivi muitas coisas e, acima de tudo, aprendi com todos os desafios que se puseram no caminho. Por isso, é hora de fazer um breve resgate da minha trajetória enquanto universitário e reconhecer cada pessoa que construiu junto comigo esse caminho maravilhoso que foi a graduação.

Primeiramente gostaria de agradecer a Deus por ter me dado a oportunidade de cursar um curso superior de qualidade em uma instituição federal. Se não fosse pelo apoio dele jamais teria conseguido chegar até aqui e essa realização nada mais seria que um sonho.

À minha mãe Rita de Cassia Machado por ter sido o meu apoio constante em todos os passos importantes da minha vida. Por ter sido minha amiga, minha companheira, por ter estado ao meu lado entendendo todos os momentos difíceis e por me amar acima de tudo. Mãe só nós sabemos o que tivemos que passar para que todos os nossos sonhos fossem realizados, mesmo quando restou em determinados momentos da minha trajetória só nós dois. Quero te agradecer pelo esforço constante para proporcionar que eu tivesse todos os materiais essenciais para a minha formação e foi só por você que eu consegui continuar esses quatro anos estudando. Já te disse tantas vezes o quanto você é importante pra mim, mas esse momento é especial, pois esse sentimento tão bonito será eternizado. Mãe te amo demais e muito obrigado por tudo!

Ao meu único irmão Alexandre, por ter entendido todos os meus momentos de ausência. Quando revejo as suas fotos desde a época em que comecei a graduação eu percebo o quanto você cresceu e, muitas vezes, eu não tive a paciência para acompanhar os teus passos e entender que para você pequenas coisas eram importantes. Agradeço-te por, acima de tudo, me respeitar como eu sou e entender todos os meus “momentos”. Te amo muito!

À Lucas Bertuol, por ter sido meu companheiro em todos os sentidos da palavra e por ter entendido todos os meus momentos difíceis, de estresse e de mistura de emoções. Você foi um dos meus maiores incentivadores durante essa

reta final e estive ao meu lado aguentando firme e forte e vivendo comigo todas as emoções que esse processo proporcionou. Dividiu sorrisos comigo, me incentivando a sempre seguir em frente e também soube acolher as minhas lágrimas, quando essas insistiam em cair. Tenho muito orgulho de você e muito, muito obrigado por tudo, você é muito especial!

Quero agradecer ao meu melhor amigo Tiago da Silva Andrade, por ter estado comigo desde o primeiro dia de aula da graduação. Desde lá foram muitas histórias, muitos sufocos e muitas vivências que ficarão eternizadas em minha memória. Muito obrigado por ter sido, acima de tudo, um irmão pra mim, me incentivando em todos os novos desafios que iam sendo postos e por comemorar comigo cada vitória. Como esquecer da nossa primeira oportunidade no CEDEDICA? Lembra das várias mudanças em que carregamos tudo sozinhos? Você tornou essa caminhada mais leve e com um sabor especial, pois sem a sua amizade nada disso faria sentido. Você foi o “primeiro amigo” que fiz dentro da Universidade e nossa amizade continuou cada vez mais forte. Nós nos identificamos muito pelas nossas diferenças e foram elas que permitiram que um crescesse junto com o outro. Muito obrigado por tudo, tenho certeza de que isso não acaba aqui e que temos um futuro maravilhoso à nossa espera. Te amo meu amigo!

Quero agradecer também a minha melhor amiga Maize Lizandra Nunes da Luz, por ter estado comigo em todos os momentos felizes e, mais ainda, em todos os momentos difíceis dessa caminhada. Você é aquele tipo de pessoa que caso não existisse deveria virar um personagem de livro, pois a tua personalidade faz com que você seja única. Muito obrigado pelos lanches divididos, pela companhia na biblioteca até altas horas da noite, quando ficávamos conversando sobre as vivências do Estágio Supervisionado e discutíamos sobre os planos para o futuro. Dividimos muitos medos, estávamos juntos em muitas conquistas e nos mantivemos firmes e fortes até o final, apesar das situações diversas que se apresentaram ao longo do caminho. “Darkness” quero que saiba que eu sinto um carinho enorme por ti e que tudo que vivemos vai ficar pra sempre em minha memória. Tenho orgulho da profissional que você vai ser e da capacidade de enfrentar os desafios que lhe são postos com coragem e determinação. Apesar da falta que isso tudo vai fazer vai chegar um dia, que com dinheiro, vamos rir e lembrar de cada momento gostoso que vivemos, dividindo uma coca-cola, é claro. Sentirei saudades, te amo!

À Vanelise de Paula Alorald, por ter sido uma grande amiga e companheira nesses quatro anos de Universidade e por ter sempre contribuído com suas reflexões pertinentes, fazendo com que, muitas vezes, eu mudasse totalmente o rumo das minhas ações. Muito obrigado por ter tido a paciência de sempre conversar quando algo estava me inquietando e pela tua bondade, que muitas vezes me deixou sem palavras diante das situações. Você é um grande ser humano que tem um futuro maravilhoso à sua espera. Aproveite todos os momentos maravilhosos que a vida proporciona e, caso enfrente dificuldades, sempre esboce esse sorriso que jamais passou despercebido. Sentirei muito a sua falta, muito obrigado por tudo. Te amo!

Quero agradecer à minha orientadora Mariléia Goin por ter sido a pessoa que acreditou que esse trabalho seria possível e por ter contribuído para que esse desejo de discutir a política de educação se materializasse. Nossa relação começou, mesmo que indiretamente, no dia da aprovação do seu concurso na Unipampa. Depois da sua aula didática percebi que você viria para fazer a diferença nesse espaço, o que acabou se confirmando no final, de uma maneira ainda melhor, pois você fez a diferença na minha vida. Tenho muito admiração pela profissional que és, mas acima de tudo, pela pessoa maravilhosa que és. Você soube entender todos os momentos de angústia e esse trabalho só foi possível por você. Sentirei saudades do abraço apertado e confortante frente à todas as situações.

Agradeço também ao amigo e professor Fabio Jardel Gaviraghi, por ter me dado a primeira oportunidade enquanto bolsista. Mais do que lições acadêmicas você me ensinou lições de vida. Com esse seu jeito humilde e acima de tudo humano. A sua simplicidade fez com que eu acreditasse que existia outra concepção de docência e é essa concepção que eu quero seguir no dia que esse sonho se tornar realidade. Muito obrigado por ter me acolhido e, por ter visto em mim, um potencial. Para, além disso, quero te agradecer por ter aceitado o convite para compor a banca final de graduação, afinal você sabe que não poderia ser outra pessoa. Tenho muito carinho por você e te admiro muito. Muito obrigado por se manter presente mesmo que distante!

Agradeço também à professora e amiga Simone Barros de Oliveira por ter sido muito importante no meu processo de formação profissional. Enquanto supervisora acadêmica sempre soube dizer as melhores palavras referentes ao meu processo e mais que tudo soube incentivar o sonho de realizar o projeto de

intervenção nas escolas. Sem você a pesquisa do meu TCC não teria acontecido e essas discussões importantes não teriam sido realizadas. Para, além disso, quero te agradecer por ter me aceitado enquanto bolsista e ter me incentivado a seguir firme e forte no campo da produção científica. Muito obrigado pela infinidade de oportunidades que me deu e por ter sido um exemplo de pessoa que na segunda-feira supervisionava, na terça-feira estava em Brasília e na sexta-feira estava em casa jantando com os filhos. Acompanhei de perto a sua missão de ser mãe, professora e pró-reitora ao mesmo tempo e tenho muito orgulho das suas realizações. Muito obrigado por tudo!

Quero agradecer à Aline dos Reis Ribeiro, por ter aceitado ser a minha supervisora de campo e por ter me ensinado muitas coisas. O meu processo de estágio se tornou mais gostoso graças à você. Muito obrigado por tudo!

Aproveito para agradecer a minha tia Rosi Machado, por ter sido a primeira pessoa a me incentivar a fazer o curso de Serviço Social, mostrando sempre a importância dessa profissão para a sociedade. Te amo muito!

Quero agradecer também aos meus amigos Arthur Rilo, Letícia Beilfuss e Thiago Rodrigues por terem estado comigo nos momentos decisivos da minha formação e por terem sempre dado uma palavra de incentivo e apoio para a realização desse trabalho. Desejo que vocês sejam brilhantes na profissão que escolheram e que nunca deixem que as dificuldades impeçam vocês de serem felizes. Muito obrigado por tudo!

Quero agradecer aos meus amigos Juliana Macedo, Lorraine Inácio, Suelen Andrade, Vinicius Lara e Danilo Jovino por dividirem comigo tantos momentos importantes durante a formação e por viverem comigo tantas histórias que marcaram o período da graduação. Sentirei falta dos abraços apertados e dos sorrisos esboçados a cada encontro. Tenho certeza de que o futuro de vocês será brilhante. Adoro à todos!

Quero agradecer aos amigos que o Jornalismo me proporcionou: Tabita, João, Aline, Sophia, Julianne, Nycolas, Débora, Phillip, Tamara, Renan, Tatiane e Lizi. Muito obrigado por terem dividido tantos momentos de alegria e por, acima de tudo, terem crescido junto comigo. A alegria que vocês tem pela vida é contagiante e tudo isso fará falta.

Quero agradecer aos RP's mais maravilhosos desse mundo: Kairo, Sheila, Anelice, Leonardo, Daiane, Adriana, Ivana e Jéssica por saberem preparar o melhor

café desse mundo, apesar das brincadeiras e por esboçarem o sorriso mais gostoso por onde vocês passam.

À minha amiga Tharciany Oliveira, por ter sido um exemplo de pessoa, de determinação e de doçura. Você é um exemplo daquilo que eu acho de amizade e me espelho em você em todos os momentos de dificuldades. Você é maravilhosa e o carinho que sinto por você não há tempo que vá modificar. Muito obrigado por tudo, minha querida!

Agradeço à Rafaela Corrêa por ter sido a pessoa mais alegre que eu convivi nesses tempos de construção do conhecimento. Muito obrigado pelas caronas, pelo abraço apertado, pelos momentos difíceis que dividimos e por ter continuado sendo sempre essa pessoa maravilhosa que és. Você é muito especial e representa muito para muitas pessoas dessa Universidade. Te adoro e te admiro acima de tudo. Sentirei saudades!

Quero agradecer a minha família por ter me dado o apoio e força constante nesse período e por estarem me acompanhando mesmo que de longe. Em especial ao meu pai, minhas avós, meu avô (*In memoriam*), minhas tias, meus tios e meus primos. Amo muito vocês e essa conquista é nossa!

Quero agradecer também à minha amiga do coração Marillia Rodrigues que está me acompanhando há mais de 10 anos nas jornadas da vida e que sempre tem uma palavra de carinho e incentivo mesmo que distante. Te amo minha amiga, obrigado por essa maravilhosa amizade.

Agradeço também aos professores do Curso de Serviço Social: Cristina, Jaina, Tiago, Eliana e Elisângela, por terem sido incansáveis para a construção e consolidação deste curso. Em especial à professora Elisângela pela amizade e pelas histórias divididas, você é um exemplo de pessoa e profissional e tenho muito orgulho de ter dividido vários momentos contigo. Sentirei muita falta de todos vocês!

À Universidade Federal do Pampa, por ter sido a minha segunda casa e por ter me proporcionado a melhor formação humana que eu poderia ter. Nossa história não acaba aqui! Aos meus queridos colegas de curso: Francielle, Luis Manoel, Jean, Gabriela, Gabriel, Rozane, Priscila, Silvani, Eliara, Jonatan, Flávio, José Flávio, Rozane e Rozeli por terem feito desse processo de formação os passos mais importantes da minha trajetória e por terem dividido tantos momentos importantes comigo. Espero reencontrá-los em breve e sentirei muito a falta de todos.

À lone da lancheria “águias” por ter me acompanhado nesses 4 anos e por ter ouvido tantos desabafos desse período. Muito obrigado!

Por fim quero agradecer a todas as pessoas que fizeram parte da minha história nesses quatro anos e que permitiram que todas as histórias vividas fossem importantes ao ponto de serem inesquecíveis. Obrigado por fazerem tudo isso valer à pena.

“A educação pode ser considerada um espaço privilegiado para o enriquecimento ou empobrecimento do gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano”.

CFESS (2011)

RESUMO

A educação, a partir dos anos 1990, sofre com os rebatimentos do Modelo Neoliberal instaurado, onde perde sua legitimação enquanto direito social e passa a ser vista enquanto mercadoria. O modo de pensar e posicionar-se frente à sociedade sofre com currículos engessados e direcionados para a manutenção da ordem vigente. Neste sentido, o presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo analisar as contribuições da inserção do assistente social nas escolas municipais da rede regular de ensino de São Borja, a fim de evidenciar as particularidades de intervenção deste profissional neste espaço sócio-ocupacional, em face da realidade educacional apresentada e da defesa pela inserção de profissionais assistentes sociais nas escolas públicas, tendo em vista a luta do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) por meio do Projeto de Lei de nº 3.688/2000. Esse estudo, pautado no método materialista histórico e dialético, consiste em uma pesquisa documental tendo por base os principais documentos produzidos durante o período de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, com ênfase ao Projeto de Intervenção realizado em 6 escolas municipais de São Borja. Com base nesse cenário, por meio da análise das informações oriundas do projeto de intervenção, percebe-se que os profissionais da educação, apesar de não demonstrarem muita clareza no que tange a intervenção profissional, concordam com a inserção de profissionais do Serviço Social na escola, em razão da sua capacidade crítica e investigativa de intervir na realidade. Tendo em vista o cenário educacional defendido pelo Serviço Social, a educação cidadã apresenta-se enquanto contraponto a esse modelo burguês de educação, pois valoriza uma educação crítica, cujos princípios norteadores regem a democracia, respeito às diferenças e a liberdade enquanto elementos nodais.

Palavras-chave: Educação Burguesa. Educação Cidadã. Serviço Social. Assistente Social.

RESUMEN

La educación a partir del año 1990, sufre con los rebatimientos del modelo Neoliberal ya instaurado, donde se pierde su legitimación, mientras el derecho social es visto como Mercancia. El Modo de pensar y posicionarse frente a la sociedad, sufre con los planes de estudios enyesados y direccionados para la mantención de presente orden. En este sentido, el presente Trabajo Final de la Carrera, tiene como objetivo, Analizar las contribuciones de la inserción del trabajador social en las escuelas municipales del Ente Regularador de enseñanza de la ciudad de São Borja, con el fin de evidenciar las particularidades en la intervención de este profesional en este espacio sócio-ocupacional, en vista de la realidad educacional presentada y de la defensa por la inserción de los profesionales trabajadores sociales en las escuelas publicas, teniendo en cuenta la lucha del consejo federal de Servicio Social (CFESS) por medio del proyecto de ley numero 3.688/200. Ese estudio, guiado en el método materialista, histórico y dialéctico, consiste en una investigación documental basada en los principales documentos producidos durante la pasantía supervisada en Trabajo Social I y II, con énfasis al proyecto de intervención realizada en 6 escuelas municipales de São borja. Sobre la base de este escenario, mediante el análisis de la información de la intervención del proyecto se percibe que los profesionales de la educación están de acuerdo con la inserción del profesional de Servicio Social en la escuela, debido a su capacidad crítica y de investigación para intervenir en la realidad. Teniendo en cuenta el nuevo escenario educativo que presenta la educación para la ciudadanía en oposición a este tipo de educación, se valoriza la educación crítica y la democrática mientras el eje nodal, es la concepción defendida por el Servicio social.

Palabras clave: Educación burguesa. Educación para la Ciudadanía. trabajo Social. Trabajador Social.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Concepção de Serviço Social.....	56
FIGURA 2- Conhecimento do profissional Assistente Social	62
FIGURA 3- Áreas de intervenção profissional do Assistente Social.....	63
FIGURA 4- Importância da inserção do Assistente Social na escola	66
FIGURA 5- Possibilidade de inserção do Assistente Social na escola.....	69

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS- Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ASEMA- Apoio Sócio-educativo em meio aberto
BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAM- Centro de Atendimentos Múltiplos
CCJC- Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania
CEAS- Centro de Estudos e Ação Social
CFESS- Conselho Federal de Serviço Social
CRAS- Centro de Referência de Assistência Social
CREAS- Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CRESS- Conselho Regional de Serviço Social
ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente
FEE- Fundação de Economia e Estatística
FMI- Fundo Monetário Internacional
IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBA- Legião Brasileira de Assistência
LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LOAS- Lei Orgânica de Assistência Social
ONG- Organização Não-governamental
ONU- Organização das Nações Unidas
PEP- Projeto Ético-Político
PUCSP- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
SENAC- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESI- Serviço Social da Indústria
SMED- Secretaria Municipal de Educação
SUAS- Sistema Único de Assistência Social
SUS- Sistema Único de Saúde
TCC- Trabalho de Conclusão de Curso
UNE- União Nacional dos Estudantes
UNIPAMPA- Universidade Federal do Pampa
URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A POLÍTICA EDUCACIONAL EM TEMPOS DE “CAPITAL FETICHE”	19
2.1 O direito social à educação brasileira no sistema capitalista	19
2.2 A concepção de educação do Estado de modelo neoliberal.....	30
3 A EDUCAÇÃO SOB O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL: do que se trata?	35
3.1 O processo Sócio-Histórico do Serviço Social	36
3.2 Educação Cidadã: a concepção de educação defendida pelo Serviço Social ..	44
4 INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO	49
4.1 A inserção do assistente social na educação em São Borja/RS: sua trajetória histórica.....	49
4.2 Análise das informações resultantes das intervenções do Projeto “O Serviço Social na escola: desafios e contribuições do assistente social nas escolas de São Borja-RS”	53
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS.....	74
APÊNDICES	83

1 INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como propósito analisar a experiência do processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, que teve como lócus o Centro de Atendimentos Múltiplos, no período de Janeiro à Outubro de 2013.

A temática, foco desse estudo, é resultado das inquietações decorrentes do processo de estágio supervisionado e, mais especificamente, durante o Projeto de Intervenção, bem como da luta do CFESS/CRESS por meio do Projeto de Lei de nº 3.688/2000 que prevê a inserção de um assistente social nas escolas públicas do país. Essa discussão emerge na categoria profissional em um momento em que a educação enquanto política pública enfrenta desafios para a sua materialização e o desmantelamento da preocupação para com a qualidade. Nesse momento, a categoria profissional discute a concepção de educação cidadã, com vistas à formação para a cidadania, como contraponto à educação burguesa que legitima os princípios do capitalismo maduro.

Para tanto, o presente Trabalho de Conclusão de Curso adota o método crítico-dialético como subsídio metodológico. O método crítico-dialético difere do método de Hegel porque parte do campo da realidade social, daquilo que é concreto e não do campo das ideias como é o caso de Hegel. A partir de suas três categorias indissociáveis (historicidade, totalidade e contradição) o ser social é visto como parte de um coletivo e integrante de uma sociedade altamente desigual, excludente e seletiva. A categoria historicidade retoma que os sujeitos são essencialmente históricos e possuem trajetórias diferentes dentro de diferentes contextos sociais e econômicos. Para o Serviço Social essa categoria refuta a culpabilização do indivíduo como causador de suas próprias dificuldades. A totalidade consiste em levar em conta não apenas as particularidades sociais, econômicas e culturais, mas também analisar que as questões estruturais (locais, nacionais e mundiais) também estão correlacionadas com o cotidiano dos sujeitos. A contradição se refere às forças opostas que se contradizem. É um movimento de superação, porque assim como nega, também cria novas possibilidades de transformação (resistência). Assim, as categorias do método Crítico-Dialético articulam-se e jamais interagem de forma isolada.

Este método foi escolhido porque é o que melhor permite conhecer e compreender a realidade social e suas diferentes formas de organização e manifestação. Sendo assim, foi só por meio do método crítico-dialético que se tiveram os subsídios necessários para compreender o porquê é necessário que esse profissional se insira nas escolas.

Enquanto processo de desvelamento da realidade adotou-se o enfoque misto (conhecido também como pesquisa quanti-qualitativa), pois permite adequada apreensão da realidade social, uma vez que busca de maneira minuciosa descrevê-la e analisá-la. A pesquisa com enfoque misto é fundamental porque se utiliza dos pontos da pesquisa quantitativa e qualitativa.

A partir disso, as pesquisas bibliográfica e documental também foram utilizadas nesse trabalho, devido o seu caráter exploratório, contemplando e valorizando o processo vivido pelo acadêmico no decorrer do Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II. Bibliográfica porque se utilizou de materiais produzidos sobre o objeto e documental, em face da problematização feita, durante todo processo de estágio e, particularmente no projeto de intervenção “O Serviço Social na Escola: desafios e contribuições do assistente social nas escolas de São Sorja-RS”, sobre a inserção de um profissional assistente social nas escolas municipais de São Borja-RS.

Neste cenário, o segundo capítulo desse trabalho faz um breve resgate dos direitos sociais e em específico da política educacional no decorrer da história brasileira. A discussão tem como ponto inicial os direitos sociais como campo de conflitos entre classes sociais distintas, fazendo um breve retrospecto da configuração dos direitos sociais nos dias de hoje. Logo, discute-se a educação como um dos direitos sociais, onde são feitos alguns resgates históricos de como a educação foi tratada no decorrer das décadas no Brasil e por fim a concepção de educação burguesa que tem-se hoje, que aparece sob novas roupagens e discursos da educação no Império.

O terceiro capítulo desse trabalho tem por pretensão realizar um breve resgate sócio-histórico do Serviço Social a nível brasileiro, pois entende-se que é somente quando se faz um resgate histórico da profissão que é possível entender todos os seus processos de enfrentamento, transformação, influências, reformulações e direcionamento. O Serviço Social desde sua gênese no Brasil vai sofrer influências diretas e indiretas do contexto sócio-histórico da época e é a partir

de sua prática que novas necessidades irão surgir, sendo necessária, conseqüentemente, a sua atualização. Esse resgate sócio-histórico se faz necessário para que se possa apreender o porquê de a profissão atualmente estar direcionando sua prática para uma outra concepção de educação que vai em contraponto à que está em vigência. Da mesma forma, a educação enfrenta nesse momento um processo urgente de reformulação de seus ideais, sendo necessário que todos os profissionais envolvidos diretamente e indiretamente com essa política possam se apropriar dos rumos que a mesma está tomando para, a partir disso, pensar em como transformá-la. A educação cidadã, em consonância com a matriz teórica hegemônica, defende esta concepção por ter como características a democracia nos espaços escolares, o incentivo do livre pensar, o respeito às diferenças presentes no meio escolar, a liberdade como princípio de manifestação dos sujeitos, entre outros, as quais estão diretamente ligadas com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

O quarto capítulo desse trabalho contextualiza o surgimento do Serviço Social na área educacional em São Borja-RS bem como apresenta, problematiza e analisa as informações decorrentes do projeto de intervenção, produto do Estágio Supervisionado em Serviço Social, que teve enquanto proposta discutir juntamente com profissionais da educação do município de São Borja, durante o Projeto de Intervenção, sobre o Serviço Social e suas contribuições na área educacional.

Ressalta-se a relevância desse trabalho na medida em que dá visibilidade à escola enquanto espaço sócio-ocupacional do Serviço Social, indo ao encontro de discussões recentes da categoria profissional do Serviço Social e permitindo discussões inovadoras com profissionais da educação no município de São Borja-RS.

2 A POLÍTICA EDUCACIONAL EM TEMPOS DE “CAPITAL FETICHE”¹

Para que se possa apreender a conjuntura em que a educação se encontra é necessário fazer uma breve retrospectiva de como a educação foi tratada ao longo da história do Brasil. Por isso, este capítulo encontra-se dividido em dois itens. O primeiro item intitula-se “*O direito social à educação no sistema capitalista*”, onde é feito um pequeno resgate dos direitos sociais enquanto campo de tensões entre duas classes distintas: a classe burguesa e a classe proletária. Nesse subitem, é realizada uma retrospectiva histórica da política educacional ao longo das diferentes Constituições Brasileiras até chegar a atual Constituição Federal de 1988. O subitem também faz, de certo modo, um resgate da história do Brasil, uma vez que, a educação não pode ser vista como dissociada de um contexto sócio-histórico. Ainda nesse subitem, apresenta-se a educação no contexto atual sob os moldes do Neoliberalismo e seus rebatimentos diretos na escola.

O segundo subitem tem enquanto título “*A concepção de educação do Estado de modelo neoliberal*” e discute sobre a atual configuração da educação no Brasil, onde a mesma, assim como outras políticas sociais, enfrenta os desafios na efetivação dos direitos sociais. Esse direito (educação) ganha caráter de mercado e é tratado como mercadoria: na concepção burguesa, serve enquanto instrumento de manutenção do sistema vigente e por meio da qual a educação crítica e reflexiva perde espaço para a educação conservadora, engessada e autoritária.

2.1 O direito social à educação no sistema capitalista

“Quando uma sociedade, ainda que se proclame democrática, não consegue oferecer a sua população oportunidades sólidas de escolarização com recursos efetivamente públicos, esvazia-se o princípio da igualdade de direitos, desrespeitando-se assim um dos aspectos fundamentais do conceito de democracia que emerge depois do final do século XVIII,

¹ O título desse capítulo faz uma alusão ao conceito de capital fetiche de lamamoto (2009), com inspiração em Marx, que corresponde ao período em que vivemos e na qual as políticas sociais travam tensões constantes, onde a autora traz que “o caráter alienado da relação do capital, sua fetichização, alcança seu ápice no capital que rende juros, que representa a mera propriedade do capital como meio de apropriar-se do trabalho alheio presente e futuro” (IAMAMOTO, 2009, p.15).

*que é o direito à educação para todos”
(FREITAS; BICCAS, 2009, p.180).*

O campo dos direitos sociais sempre foi alvo de intensas disputas. Elas começaram desde o período de sua gênese por uma série de fatores que incluem desde os interesses da classe hegemônica, até a sua materialização perante a ação do Estado. Historicamente, no Brasil, o tensionamento dos interesses distintos entre as classes (luta de classes entre burgueses e trabalhadores) suscitou a defesa, dos primeiros, pela diminuição do poder do Estado através de ações minimalistas no campo social e, dos segundos, por melhores condições de acesso e permanência no trabalho e conseqüentemente no acesso e efetivação dos direitos sociais.

Dessa maneira, historicamente o Estado atuou como “mediador de interesses”. Couto (2010) salienta que para uma melhor compreensão dos direitos sociais é necessário reconhecê-los através das suas diferentes gerações, onde são considerados de Primeira Geração os direitos civis e políticos, que são conquistas ocorridas nos séculos XVIII e XIX; de Segunda Geração são os direitos sociais que devem ser exercidos pelo homem por meio da intervenção do Estado; e os direitos de Terceira Geração, que são os direitos de natureza coletiva, dentre os quais se destacam o direito à paz, ao meio ambiente e a autodeterminação dos povos².

Enquanto documentos que foram marco para a efetivação no campo dos direitos têm-se a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração dos Direitos Humanos³, a qual demarca a universalização do acesso à direitos sociais. Esse último documento foi um marco no campo dos direitos, pois foi elaborado em 1948, num contexto de pós-guerra (2ª Guerra Mundial), onde o mundo convivia com os resquícios de um período de grandes conflitos, fome, desigualdade e conseqüências diplomáticas.

Contudo, a efetivação dos direitos conquistados nas declarações, constituições e leis ainda são um campo de tensão e desafio permanente em todos os países capitalistas. No Brasil, é importante ressaltar que nem todos os direitos foram universais no decorrer do seu desenvolvimento histórico e social, sendo

² Autores como Norberto Bobbio, destacam que existe a quarta geração dos direitos humanos, que consiste no direito à democracia, o direito à informação e o direito ao pluralismo.

³ O Art. 2º traz que “toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição” (ONU, 2013, s/p).

alguns deles requeridos por meio de intensas lutas⁴ que são travadas até os dias atuais.

Os direitos sociais, que são pertencentes aos direitos de segunda geração, foram requisitados por meio de intensas mobilizações e manifestações pela classe trabalhadora no século XIX, ganhando notoriedade no século XX. Esses foram denominados enquanto direitos sociais devido à precariedade das configurações do mundo do trabalho da época (século XIX), onde os trabalhadores das fábricas inglesas conviviam com condições desumanas de trabalho, pois não havia legislações que garantissem a qualidade de vida e a garantia de trabalho em condições dignas, em plena expansão do capitalismo industrial (SIMÕES, 2011). Conforme Simões (2011, p.79), “A concepção dos direitos sociais efetivou-se pela instituição da social-democracia e do Estado de Bem-Estar Social, no bojo da primeira grande crise do sistema capitalista e do acirramento da luta de classes”.

A partir desse momento começa-se o reconhecimento de que fatores como pobreza e miséria estão para além de questões subjetivas do cotidiano social das pessoas, tornando-se integrantes de uma esfera muito maior e complexa, que diz respeito às configurações da sociedade capitalista, deixando de ser uma questão de ordem religiosa e passando a ser puramente de cunho social (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Diante disso, um dos maiores desafios à efetivação dos direitos sociais está na configuração do Estado no modo de produção capitalista, o qual corrobora com o sucateamento das políticas públicas e sociais através da mercantilização dos direitos sociais, causando uma lacuna na garantia desses direitos, pelo fato do Estado estar cada vez mais ausente das suas responsabilidades de garantir, da melhor forma possível, os direitos previstos em instrumentos legais. Dessa forma, o Estado acaba transferindo parte de suas responsabilidades para o 2º setor⁵ (mercado) que, por sua vez, privatiza e torna o campo dos direitos sociais como um *locus* rentável de acumulação do capital. No que diz respeito à educação, o 3º setor também realiza ofertas de serviços educacionais em outras modalidades, como é o

⁴ Os movimentos sociais são um dos grandes responsáveis pelas lutas, principalmente nos anos 1980. Segundo Gohn (2009, p.58) “O leque de demandas educativas nos anos 80 foi grande. Ele esteve intimamente articulado às conjunturas políticas que o país atravessou, assim como a busca de resposta (ou seu equacionamento) para problemas de ordem estrutural, gerados pelo modo ou pela forma da acumulação capitalista no país”.

⁵ O primeiro setor seria o Estado, o segundo setor o Mercado e o terceiro setor a Sociedade Civil (MONTAÑO, 2007).

caso da modalidade integral, na qual o aluno participa de atividades no turno inverso da escola⁶.

Neste cenário, a educação configura-se enquanto direito social, assim como a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância e a assistência aos desamparados (BRASIL, 1988). A educação⁷ foi tratada das mais diversas formas no decorrer da história brasileira, passando por dificuldades e carências que se estendem até os dias atuais⁸. O direito fundamental à educação assegurado a todos os brasileiros, de forma indiscriminada e universal, foi tratada com mais zelo apenas na Constituição Federal de 1988, constituindo um pressuposto para a efetivação do Estado Democrático de Direito que tem como fundamento “a cidadania” e “a dignidade da pessoa humana”, sendo previsto no artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como “Constituição Cidadã”⁹. Contudo, nem sempre a educação foi direito social de todos¹⁰ os cidadãos.

No Brasil, a educação pós-independência teve como principal foco a formação da elite dirigente do país. Na Constituição de 1824, foi determinado que o ensino primário fosse gratuito sem, contudo, criar escolas que materializassem esse direito. Durante todo esse período o ensino primário foi pouco difundido por questões que iam desde a falta de orçamentos da província até o impedimento de acesso à educação dos escravos (PILETTI; PILETTI, 2012).

Nesse período, a educação foi tratada em segundo plano, de forma que eram poucos alunos matriculados. Já em razão de ser uma educação elitista, a formação dos professores era bastante limitada e os conteúdos eram direcionados

⁶ Um exemplo disso no município de São Borja-RS é o Centro de Formação Teresa Verzeri, que é uma instituição filantrópica de caráter beneficente que contribui na educação das pessoas menos favorecidas.

⁷ “O processo de transmissão e assimilação da cultura produzida historicamente é a educação. É por meio da educação que os indivíduos se humanizam, herdando a cultura produzida pela humanidade” (ASBAHR; SANCHES, 2006, p. 59).

⁸ A título de exemplo, nas primeiras décadas do século XX, a educação era elitizada, sendo acessível apenas para aqueles que tinham alto poder aquisitivo.

⁹ “Mereceu essa alcunha em virtude da inclusão, como direitos fundamentais, de uma série de direitos sociais que a colocaram em contemporaneidade com os anseios da sociedade brasileira, após 42 anos de vigência da Constituição Federal de setembro de 1946, última promulgada sob regime democrático” (OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2011, p. 6).

¹⁰ Piletti e Rossato (2010, p.16) discutem essa questão ao afirmar que durante o período imperial “No campo educacional prevalecia essa mesma distância entre os dispositivos legais e as condições objetivas: garantiu-se a instrução primária gratuita a todos os cidadãos, mas esqueceu-se do princípio da obrigatoriedade da educação e foram excluídos desse direito, obviamente, os escravos”.

às áreas do direito, economia doméstica, agricultura e pedagogia (PILETTI; PILETTI, 2012).

Já na Constituição Republicana de 1891 o Brasil passava por um período de avanços e retrocessos no quesito direito. Os direitos políticos eram constantemente alvo de mudanças que impediam a grande maioria da população brasileira de exercer o direito do voto. É importante destacar que nessa época (em meados de 1881) os votantes eram homens brancos e deviam ter a renda mínima de 200 mil-réis. Nesse cenário, as mulheres e os negros (que recentemente tinham passado pelo Processo de Abolição da Escravatura, em 1888) encontravam-se, em sua grande maioria, excluída desse direito, da mesma forma que os analfabetos. Com relação à educação, durante esse período, a Constituição de 1891 retirou do Estado a obrigação de fornecer educação primária, sendo um retrocesso considerável, uma vez que já tinha sido efetivado na Constituição de 1824 (CARVALHO, 2012).

Durante o período da Primeira República (1889-1930) manteve-se a dualidade de sistemas: o sistema federal garantia a educação das elites, por meio dos cursos secundários e superior e, de outro lado, tinha-se os sistemas estaduais que, embora pudessem instituir os mais diferenciados graus escolares, limitavam-se em organizar e manter a educação das camadas populares de maneira significativamente precária (PILETTI; PILETTI, 2012).

Esse período foi carregado de transformações no cenário do país. Criaram-se tensões durante todo o período da primeira república, devido às transformações societárias que ocorreram no Brasil no pós-Proclamação da República. Uma dessas transformações foi o inchaço populacional nos grandes centros, sendo a cidade do Rio de Janeiro (a capital do país nessa época) um destes locais. Esse rápido crescimento populacional acarretou na inserção das pessoas em postos de trabalho com baixa remuneração e muitas vezes de maneira esporádica, não criando um vínculo empregatício. Essas transformações começaram a pressionar o poder público municipal, pois as pessoas que ali viviam estavam enfrentando problemas habitacionais, sem falar que havia a falta de casas para alugar (CARVALHO, 1987).

Foi nesse contexto que começaram haver debates, em nível educacional, onde a educação para a elite foi colocada em xeque. Segundo Piletti e Piletti (2012, p.166),

Os educadores que participavam dos debates nutriam um grande entusiasmo pela educação: acreditavam que reformando a educação poderiam transformar a própria sociedade. Por isso, em primeiro lugar, seria necessário organizar um moderno e eficiente sistema de educação, em que caberia ao governo federal a responsabilidade fundamental. Seria preciso acabar de vez com a situação vigente até o final da Primeira República, em que o governo federal se mantinha praticamente omissos em relação aos graves problemas educacionais.

Nessa época já havia o interesse dos educadores em problematizar a educação, onde acreditavam que essa era a porta de entrada para a transformação da sociedade. No entanto, verifica-se ainda nesse período que o Estado pouco agiu no cenário educacional, causando uma impressão de desinteresse pelos problemas enfrentados no sistema educacional da época.

A década de 1930, período em que ocorreu a Revolução de 1930, trouxe inovações à educação. Houve a criação do Ministério da Educação e Saúde, tendo como ministro Francisco Campos, e logo depois, em 1934, com a Constituição Federal, a educação ganha um capítulo especial. Nesse momento, os professores, mesmo sendo os do ensino primário, deveriam ter formação universitária. Outros marcos fundamentais dessa Constituição foram o ensino primário gratuito, a escola primária como sendo obrigatória e a assistência aos alunos necessitados (ZOTTI, 2004).

Os primeiros anos do Governo Provisório, de 1930 a 1937, foram caracterizados por um período mais instável, gerado pelo conflito de interesses das várias forças presentes na revolução. Esse período foi muito rico em debates ideológicos na defesa de diferentes projetos para a sociedade brasileira, estando presentes, também, propostas para a elaboração de uma nova política educacional (ZOTTI, 2004, p.87).

É nesse momento de efervescência do sistema capitalista no Brasil (via industrialização) que os diferentes segmentos sociais da época começam a se mobilizar para pensar em alternativas de mudança no cenário brasileiro, onde as diferentes classes em conflito cobram uma posição do Estado referente aos rumos do país. É nesse campo eminente de tensões que começa-se a pensar propostas de reformulação na esfera educacional.

A educação, perante o novo modelo econômico, passa a ser vista de outra forma; fica explícita a clara relação entre desenvolvimento econômico (agora industrial) e modelo educacional. No contexto da

industrialização/urbanização, a educação escolar vai fazendo-se necessária a um número maior de pessoas, dada a complexificação do campo econômico, político e cultural. Além disso, numa sociedade em que é mantida a contradição fundamental entre os que detêm e os que não detêm poder econômico, perpetua-se também o direcionamento da educação de acordo com os interesses da minoria privilegiada. É a partir das necessidades do desenvolvimento econômico-industrial que a educação será conduzida (ZOTTI, 2004, p.87).

Nesse momento tem-se uma mudança de pensamento com relação à educação, pois se até então pensava-se que a educação era direcionada apenas para aqueles que tinham alto poder aquisitivo e a população era, em sua maioria, excluída do processo educativo. Agora muda-se de concepção. Com o cenário de crescimento econômico instaurado, por meio da indústria, percebe-se que a educação era cada vez mais necessária para um número maior de pessoas. Essa educação mínima era necessária para que a mão-de-obra, que estava aumentando significativamente, fosse absorvida por “pessoas qualificadas”. Nesse período, a educação continua sendo direcionada conforme os interesses das classes detentoras de poder.

Com base nessa educação direcionada para atender aos interesses oriundos do crescimento industrial do Brasil é que os debates acerca da educação começam a efervescer. As discussões se davam entre os católicos, que defendiam a manutenção da educação elitista e os liberais, que traziam a necessidade de pensar a educação com vistas à pedagogia da Escola Nova¹¹. Na Constituição de 1934 foram atendidos os pedidos tanto dos liberais, quanto dos católicos, o que de certa forma mostrou a aparente conciliação entre os dois segmentos. Um dos acordos dizia respeito à obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas, reservando-se facultativamente aos alunos (ZOTTI, 2004).

Como dispositivo ideológico do Estado, a Igreja Católica mantinha seu controle por meio da inserção do Ensino Religioso nas escolas, voltado para a educação dos jovens e para o combate, por meio da moral, de ideias que pudessem questionar o autoritarismo presente na ação estatal.

No que diz respeito à educação aliada ao desenvolvimento industrial, nesse período, Gadotti (1997, p. 112) destaca que

¹¹ Na constituição de um discurso renovador da escola brasileira, a “Escola Nova” produziu enunciados que, desenhando alterações no modelo escolar, desqualificavam aspectos da forma e a cultura em voga nas escolas, aglutinadas em torno do termo “tradicional”. Era pela diferença quanto às práticas e saberes escolares anteriores que se construía a representação do “novo” nessa formação discursiva (VIDAL, 2010, p.497).

Em consequência, são criadas em quase todos os estados, as escolas técnicas profissionalizantes, exigidas pelos vários ramos da indústria que necessitava de maior qualificação e diversificação da força de trabalho. A escola torna-se, assim, um aparelho de reprodução da mão-de-obra, de reprodução da divisão social do trabalho e da ideologia dominante, consolidando a estrutura de classes.

Nesse trecho do autor Moacir Gadotti percebe-se que a educação tornou-se um instrumento do Estado para reforçar e fortalecer o sistema capitalista, uma vez que a escola tornava-se um espaço de reprodução do ideário desse sistema por meio da reprodução da mão-de-obra, indo às avessas ao ensino crítico e reflexivo que pudesse ser, por meio do campo das ideias, um espaço de problematização real da situação do Brasil naquele momento e, a partir disso, buscar outros rumos para a história da política educacional no país.

Já na segunda fase do Governo Vargas (1937-1945), especificamente na Constituição de 1937, a educação aparece como responsabilidade da família no Art. 125: “A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular” (BRASIL, 1937). Nesse momento, houve reformas no sistema educacional pelo então ministro Gustavo Capanema de cima para baixo. Isso se deu por meio de decretos-lei, já que o Congresso Nacional tinha sido fechado pelo presidente Getúlio Vargas. As reformas foram autoritárias, onde a educação do povo seria conduzida por meio das elites (PILETTI, PILETTI, 2012).

Esse período é um divisor de águas na história do Brasil, pois é nesse contexto que o então presidente Getúlio Vargas, por meio da Constituição de 1937, torna-se a autoridade suprema do Estado, centralizando todas as ações e decisões para si mesmo e instaurando um clima ditatorial no país, o que acarretou numa mudança profunda na democracia conquistada até então.

No período da década de 1940, com vistas à educação profissionalizante surgem o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial de 1942), o SESI (Serviço Social da Indústria de 1946) e o SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial de 1946). O surgimento dessas instituições vai ao encontro do modelo educacional da época, onde a educação escolar estava cada vez mais ligada com a indústria, de modo que, alguns debates traziam que o

trabalho escolar e o trabalho industrial foram pensados como partes de uma mesma “ciência pedagógica” (FREITAS; BICCAS, 2009).

Já no período de 1946 a 1964 tem-se no país uma democracia relativa, se comparada com o Governo Vargas e com a Ditadura Militar. Esse é o período que antecede o Golpe de 1964 e a instauração da Ditadura Militar no país. Segundo Piletti e Piletti (2012, p.192-193),

No campo educacional, a democracia também avançou: o ensino técnico-profissional conseguiu, ao menos legalmente, a sua equivalência com o secundário; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 1961, foi discutida durante 13 anos no Congresso Nacional, ao contrário de todas as regulamentações anteriores, impostas pelo Poder Executivo; desenvolveu-se intensa luta no sentido de ampliar o acesso à escola pública e gratuita; difundiram-se campanhas e movimentos de educação popular, especialmente de educação de adultos, com destaque para a atuação de Paulo Freire, cujo método revolucionou o processo de alfabetização.

Esse período que antecede o Golpe Militar no Brasil foi um momento de muitos avanços na questão da democracia, sendo uma época em que as mobilizações dos mais diversos segmentos sociais tomaram conta do país. Conforme Silva (2007, p.27), “verifica-se, nessa conjuntura, um período de gestação da consciência nacional-popular, com o engajamento de amplos setores sociais na luta pelas reformas estruturais e reformas de base, com especial atenção para uma política externa independente”. Tem-se nesse período um processo de ampliação do direito escolar, como forma de superar o sistema dual que se tinha até então: escola primária para a grande população e escola secundária dirigida a elite.

É nesse período (início da década de 1960) que as contribuições de um dos educadores mais renomados e importantes do Brasil tornam-se mais presentes. Paulo Freire é, até hoje, um dos principais defensores da educação como um processo de autonomia para os sujeitos.

Para ele, a educação e a escola não deveriam reproduzir a sociedade existente, esperando de ambas uma nova disponibilidade para a ação. Essa nova disponibilidade deveria conectar-se ao imperativo de transformar a sociedade e responder concretamente às necessidades do país, especialmente a dos setores mais necessitados (FREITAS; BICCAS, 2009, p.228).

Paulo Freire (1987) apontava que o homem é o ser transformador da realidade, pois ele está no mundo e com o mundo, sendo o homem quem cria,

recria, transforma, analisa, realiza e altera a realidade e faz a história. É por isso que ele acreditava que a educação seria a porta de entrada para a transformação da sociedade.

Para além das contribuições de Paulo Freire outro avanço importante no começo da década de 1960 no cenário educacional foi a criação da 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 4.024 de 20 de Dezembro de 1961). Essa Lei foi um avanço no campo da educação pois trouxe, mesmo que minimamente, ações que regularizaram a política de educação no país como é o caso do incentivo à formação dos professores e da destinação de recursos públicos tanto federais quanto municipais exclusivamente para a educação.

A partir de 1964 temos a instauração do que viria a ser um dos períodos mais violentos contra a democracia brasileira: o Golpe de 1964, que resulta na instalação da Ditadura Militar no Brasil. Segundo Zotti (2004, p. 142),

Nesse período, a política educacional foi uma expressão da dominação burguesa, viabilizada pela ação política dos militares. Essa época caracteriza-se não só pelo autoritarismo, mas principalmente pela realização de reformas institucionais em diversos campos, até mesmo na educação. A educação estará novamente a serviço dos interesses econômicos que fizeram necessária a sua reformulação. Essa afirmação encontra seu fundamento nos pronunciamentos oficiais, nos planos e leis educacionais e na própria atuação do novo governo militar.

Nesse período¹² tem-se, talvez, o maior retrocesso no que diz respeito à democracia no Brasil, pois todos os avanços referentes aos rumos que o país devia tomar foram abafados por uma ditadura que agia, por meio da coerção, contra qualquer ação que pudesse ameaçar o seu regime. A educação, como traz Zotti (2004), foi um dos alvos desse regime, sendo um campo estratégico para dissimular o seu ideário, reforçado por interesses econômicos.

Contudo, a educação também foi um espaço de enfrentamento frente a esse sistema que iniciava. Os movimentos estudantis foram um exemplo do descontentamento da população jovem frente a esse episódio da história geral do país, por mais que a União Nacional dos Estudantes (UNE) tenha sido posta na

¹² Entre 1964 e 1968, a política educacional da ditadura materializou a sua intenção de controle e enquadramento implementando praticamente a destruição de instrumentos organizativos do corpo docente, promovendo um clima de intimidação no corpo docente e, muito especialmente, reprimindo com furor inaudito as propostas, experiências, movimentos e instituições que ensaiavam e/ou realizavam alternativas tendentes a democratizar a política, o sistema e os processos educativos, vinculando-os às necessidades de base da massa da população (NETTO, 2011, p.58).

ilegalidade. Nesse período milhares de professores e alunos foram presos, sem falar que muitos deles foram levados à exílio¹³.

A ditadura militar ainda é hoje fortemente lembrada, pois foi um período que atentou diretamente nos direitos dos cidadãos brasileiros. Todos os setores da vida social foram abalados. Até o direito de ir e vir, de liberdade de expressão e, principalmente, de cidadania foram limitados. Muitos atores sociais foram sufocados e muitas pessoas que lutaram pela volta da democracia sofreram marcas irreversíveis. Esse foi um período onde o grito pela justiça e liberdade foi silenciado por meio de violência e repressão.

Após a ditadura militar, os anos que seguiram foram essenciais para retomar os avanços que haviam sido deixados para trás nos 21 anos de duração do que Netto (2011) chama de Autocracia Burguesa. No campo educacional, os debates acerca da educação foram retomados, mesmo que com os dois interesses em disputa: os que defendiam que os recursos deveriam ser destinados para fortalecer as escolas públicas e os que defendiam que os recursos deviam ser destinados para as escolas particulares. É neste cenário que tem-se a promulgação da Constituição vigente até os dias de hoje: A Constituição Federal de 1988. Essa Constituição já nasce vestida de muitos desafios e um deles é a incorporação no Neoliberalismo.

Logo após a promulgação da Constituição de 1988 vemos um processo que veio a resultar no desmonte nos direitos sociais com a inserção do Neoliberalismo¹⁴ e sua interferência nas ações do Estado. Sendo assim, a partir da década de 1990, o país sofre um rebatimento direto nas políticas sociais e nos direitos sociais. Segundo Behring e Boschetti (2011, p. 133), “o desemprego de longa duração, a precarização das relações de trabalho, a ampliação de oferta de empregos intermitentes, em tempo parcial, temporários, instáveis e não associados a direitos, limitam o acesso aos direitos derivados de empregos estáveis”. A partir disso, podemos perceber que o ideário neoliberal vai fragmentando as relações e configurações do mundo do trabalho e, conseqüentemente, provocando uma fragilização na vida dos sujeitos, uma vez que dificulta e complexifica o acesso aos

¹³ A dramaturgia brasileira também discutiu esse período. A minissérie “Anos Rebeldes” (1992) do autor Gilberto Braga, é uma das minisséries que mostram o movimento estudantil da época.

¹⁴ “O Neoliberalismo de mercado, ao menos conceitualmente, luta contra o estatismo, ou seja, contra o Estado máximo, contra o planejamento econômico, contra a regulamentação da economia e contra o chamado protecionismo, ao mesmo tempo em que se enraíza no mercado mundial, direcionando a construção da nova ordem internacional. Assim, essa nova ordem postula a liberação total do mercado e transferência de todas as áreas e serviços do Estado para a iniciativa privada” (LIBÂNIO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011, p.100).

direitos sociais que são previstos enquanto universais. Essa fragilização se dá pelas condições de trabalho em que muitas vezes os trabalhadores estão sendo submetidos, como é o caso da terceirização, subemprego, contratos temporários, dentre outras condições. Da mesma forma, acaba excluindo os trabalhadores “desqualificados”, buscando pela “qualificação”¹⁵ para o mercado (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, 2011).

Com essa nova configuração, direitos como previdência social, saúde, assistência social e educação¹⁶ sofrem o impacto da ausência do Estado e da transferência da responsabilidade para a esfera privada. Com o repasse da responsabilidade para o Estado e sociedade civil, Azevedo (2005, p. 37) destaca que essas ações são “[...] os famosos ‘ajustes’ na economia, no mercado de trabalho, na educação, na saúde e noutros setores”.

Nessa ordem instaurada, que busca pela qualificação ininterrupta da mão-de-obra, há um reordenamento na concepção de educação e de configuração das instituições de ensino, que se proliferam indiscriminadamente, tendo por missão a formação para o mundo do trabalho. E é essa configuração que será abordada no próximo subitem desse capítulo.

2.2 A concepção de educação do Estado de modelo neoliberal

Na medida em que esta visão “bancária” anula o poder criador dos educandos ou o minimiza, estimulando sua ingenuidade e não sua criticidade, satisfaz aos interesses dos opressores: para estes o fundamental não é o desnudamento do mundo, a sua transformação. O seu “humanitarismo”, e não humanismo, está em preservar a situação de que são beneficiários e que lhes possibilita a manutenção de sua falsa generosidade. Por isto mesmo é que reagem, até instintivamente, contra qualquer tentativa de uma educação estimulante do pensar autêntico, que não se deixa emaranhar pelas vozes parciais da

¹⁵ “A desqualificação passou a significar exclusão do novo processo produtivo. Por isso, há lugar, no sistema produtivo, para o trabalhador cada vez mais polivalente, flexível, versátil, qualificado intelectual e tecnologicamente e capaz de se submeter a um contínuo processo de aprendizagem” (LIBÂNEO; OLIVEIRA; TOSCHI, p.110).

¹⁶ Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (FRIGOTTO, 2010, p.28).

realidade, buscando sempre os nexos que prendem um ponto a outro, ou um problema a outro (FREIRE, 1987, p.34).

Como vimos no subitem anterior, com o advento da Constituição Federal de 1988, o Brasil passou ao longo da década de 1990 por diversificadas transformações. Essas transformações se deram no campo social, político, cultural e econômico. No campo político, já no começo da década de 1990 tem-se a dissolução de um dos maiores representantes do Socialismo em nível mundial: a URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e o processo de *impeachment* do então Presidente Fernando Collor de Mello. Esse último fato foi um marco para a democracia brasileira, pois levou centenas de brasileiros, incluindo muitos jovens, às ruas para lutar por justiça e transparência na política brasileira, sendo estes conhecidos internacionalmente como os “cara-pintadas”. Já no campo econômico tem-se a instauração de uma economia mundializada, por parte do Estado, sendo esse feito um marco de transformações em muitos aspectos da economia, história e política brasileira.

Para as políticas sociais, esse período de intervenção neoliberal torna-se um momento de desmonte, onde os recursos públicos reduzem-se e a esfera privada ganha um *locus* privilegiado.

Os neoliberais também sustentam que o intervencionismo estatal é antieconômico e antiprodutivo, não só por provocar uma crise fiscal do Estado e uma revolta dos contribuintes, mas, sobretudo porque desestimula o capital a investir e os trabalhadores a trabalhar. Além disso, é ineficaz e ineficiente: ineficaz porque tende ao monopólio econômico estatal e à tutela dos interesses particulares de grupos de produtores organizados, em vez de responder às demandas dos consumidores espalhados no mercado; e ineficiente por não conseguir eliminar a pobreza e, inclusive, piorá-la com a derrocada das formas tradicionais de proteção social, baseadas na família e na comunidade. E, para completar, imobilizou os pobres, tornando-os dependentes do *paternalismo estatal*. Em resumo, é uma violação à liberdade econômica, moral e política, que só o capitalismo liberal pode garantir (LAURELL, 2009, p. 162, grifos nossos).

A partir desse trecho percebe-se que o discurso dos neoliberais trazem críticas à intervenção do Estado¹⁷. A ideia é a de que o privado deve se sobrepor ao

¹⁷ Argumentava-se que o problema estaria localizado no Estado, e por isso seria necessário reformá-lo para novas requisições, corrigindo distorções e reduzindo custos, enquanto a política econômica corroía aceleradamente os meios de financiamento do Estado brasileiro através de uma inserção na ordem internacional que deixou o país à mercê dos especuladores no mercado financeiro, de forma que todo o esforço de redução de custos preconizado escoou pelo ralo do crescimento galopante das dívidas interna e externa (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 152).

público. Consequentemente, todos os espaços públicos começam a dividir espaço com o mercado e os interesses individuais. Nesse campo, as políticas sociais ganham lógica de mercado e os direitos sociais passam a atrair os olhares deste, tornando-se “mercadorias” altamente lucrativas.

Como dito anteriormente, as políticas sociais nesse período viram espaços de conflitos de interesses, sendo a educação e a saúde exemplos disso¹⁸. Nesse momento, a educação pública, gratuita e de qualidade começa a dar espaço para a educação como serviço, na esfera privada.

Essa nova cultura que, mais uma vez, privilegia as classes dominantes em detrimento da grande massa populacional também tem um impacto profundo na educação e na formação dos sujeitos, uma vez que a pretensão não é formar sujeitos críticos, reflexivos e propositivos. Com isso, a escola, enquanto espaço de aprendizado e formação, vai assumir uma nova configuração, tendo em vista que

trata-se de dar respostas a dois problemas em um só tempo. Estabelece-se um currículo hegemônico que expressa as vontades e os interesses dominantes da nova ordem. Paralelamente, toma-se um conjunto de medidas político-administrativas que, coerentes com os princípios da visão de Estado mínimo, gradativamente afastam o poder público da manutenção dos serviços sociais (AZEVEDO, 2005, p. 52).

A escola torna-se um espaço de manutenção da ordem vigente, uma vez que executa a educação como transmissora de conteúdos, negando as discussões e reflexões que possam ameaçar aquilo que está posto ou a possibilidade de educação crítico-reflexiva. Segundo Gadotti (1995, p.87) “o aluno perde o interesse diante das disciplinas que nada tem a ver com a sua vida, com as suas preocupações. Decora muitas vezes aquilo que precisa saber (de forma forçada) para prestar exames e concursos. Passadas as provas, tudo cai no esquecimento”. Formam-se estudantes com conhecimentos mínimos¹⁹ que possam transitar entre as

¹⁸ Nessa lógica, a educação superior, assim como a saúde e a previdência, passam a ser vistas como mercadorias a serem adquiridas no mercado. Inerente a este processo de mercantilização das políticas sociais desenvolvem-se o processo de desqualificação dos serviços públicos com políticas cada vez mais focalizadas e sem qualidade, que não atendem às demandas e necessidades sociais. As classes de maior poder aquisitivo, se querem serviços com maior qualidade, podem dispor de propostas variadas em campos diversos, dependendo de suas exigências e do seu poder de adquiri-las. Trata-se, aí, da lógica de custo/benefício do gerenciamento reducionista, apregoada, no neoliberalismo, como a liberdade de escolha dos indivíduos (CASTRO, 2010, p. 199).

¹⁹ Segundo Goin (2008, p.116) “Utilizada pela primeira vez na década de 1960, a Teoria do Capital Humano, de Theodore W. Schultz, passou a ser empregada, também, por autores no campo educacional. Na educação, ela credita as possibilidades de desenvolvimento a partir da elevação de

diferentes ocupações²⁰, de modo a dar conta das necessidades emergentes do modo de produção. Tem-se, assim, um retrocesso da política educacional brasileira, remetendo ao período onde a escola era um instrumento de formação para atender as demandas oriundas das indústrias. Além disso, exige-se hoje que os trabalhadores sejam polivalentes, tendo que ser capazes de dar conta de uma série de funções. Isso rebate diretamente na escola, que passa a ter outro tipo de formação, voltada ao mundo do trabalho.

Com relação a essa “educação engessada”, Frigotto (2010, p. 186) questiona: “Qual o interesse da classe burguesa por um ensino e uma educação nivelados pela qualidade, para a classe trabalhadora? Tal perspectiva demandaria uma vontade política cuja direção fosse a superação das relações sociais de produção que geram a desigualdade”. A ironia do autor remete ao entendimento de que a subsunção do trabalhador se faz presente em tempos de economia mundializada, ao mesmo tempo em que a competição é princípio impulsionador das relações.

Com essa competição forja-se que a obtenção do sucesso do estudante está, exclusivamente, no seu esforço e na sua força de vontade, ignorando questões que vão além do esforço individual e que consistem na desigual forma como se estabelecem as oportunidades. Essa concepção de educação que nega as diferenças é chamada por alguns autores como educação meritocrática (MAGALHÃES; STOER, 2002).

Outro agravante é a concepção que está cada vez mais fortalecida da educação como mercadoria, sendo que em todas as modalidades de ensino²¹ a educação vem sendo, cada vez mais, alvo da mercantilização. Em face disso, criou-se, no Brasil, a cultura de que tudo que é relacionado ao setor público é defasado, da mesma forma que tudo que faz parte do campo privado merece destaque e reconhecimento²². As universidades privadas são um grande exemplo disso, onde

capital humano, pois aponta que os países que possuem alto nível educacional e investem em áreas tecnológicas, ganham competitividade em relação aos demais países”.

²⁰ A partir desta formação mínima, a responsabilidade pela continuidade (formação em outros níveis) torna-se do sujeito.

²¹ Segundo o Artigo 21 da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) a educação escolar compõe-se de: I- educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; e II- educação superior.

²² O autor Michael W. Apple (2005) problematiza essa questão ao afirmar que “[...] qualquer um que trabalhe nessas instituições públicas deve ser visto como ineficiente e necessitado da sensata realidade da competição, para que trabalhe mais horas e mais arduamente. Quando funcionários públicos revidam e lutam por um tratamento mais justo e por uma maior compreensão de que as

cada vez mais surgem cursos superiores com formações aligeiradas e precárias, mas ainda sim tem oferta e procura com índices cada vez mais altos no decorrer dos anos (PEREIRA, 2008).

É diante dessa realidade de educação enquanto mercadoria que os organismos de financiamento mundial, como é o caso do Banco Mundial²³ e do Fundo Monetário Internacional (FMI), vem para “auxiliar” técnica e economicamente nas políticas dos países, preconizando por grandes reformas na área educacional e incentivando cada vez mais na transferência para a esfera privada a responsabilidade para com a política de educação²⁴.

Diante de todos esses elementos elencados, percebe-se que a educação, não só no Brasil, como também em nível mundial, está rumando para um caminho que desarticula os saberes, limitando a capacidade crítica de compreensão da realidade por parte de todos os usuários dessa política.

A luta que se instaura nesse momento, por parte de vários segmentos e categorias profissionais é em defesa de uma educação pública, gratuita e de qualidade²⁵. Educação essa que possa valorizar as potencialidades do estudante, do professor e do conhecimento como um todo. Uma educação que, desde sua base, possa valorizar as diferenças, respeitar as distintas fontes de saber e principalmente estar aberta a aceitar o novo, a crítica e todas as manifestações que possam contribuir na construção de uma sociedade justa e igualitária. É com base nessa concepção educação que o profissional assistente social luta e busca sua intervenção profissional.

soluções simplistas não lidam com as complexidades por eles enfrentadas diariamente no mundo real das escolas, universidades e comunidades, são tachados de recalcitrantes e egoístas e, ainda, sem sentimentos” (APPLE, 2005, p. 41).

²³ Fundado na Conferência de Bretton Woods em 1944, após o Término da Segunda Guerra Mundial, o Grupo Mundial é hoje composto por um conjunto de organismos, dentre os quais o principal é o BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), durante sua origem, o banco tinha como função principal o apoio na reconstrução de economias defasadas pela Segunda Guerra Mundial, já nas décadas posteriores ele atuou mais na “assistência técnica” para países do chamado Terceiro Mundo (HADDAD, 2008).

²⁴ Para maiores informações consultar Haddad (2008).

²⁵ Principalmente no que está proposto no artigo 3º pela Lei de nº 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB) ao afirmar em seu inciso 9º “garantia de padrão de qualidade” (BRASIL, 1996, s/p).

3 A EDUCAÇÃO SOB O OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL: do que se trata?

A educação, enquanto direito social, vem sendo ameaçada pelos rebatimentos do ideário neoliberal instaurado desde a década de 1990, no Brasil. O Serviço Social enquanto profissão essencialmente interventiva e na busca por outro modelo societário vai na contramão dessa concepção de educação defendendo uma educação que valorize e respeite as particularidades dos sujeitos, sendo essa denominada educação cidadã. Essa concepção defendida pelo Serviço Social, será abordada no presente capítulo. Para tanto, o presente capítulo encontra-se dividido em dois subitens que versam de maneira transversal sobre a relação entre o Serviço Social e a política de educação.

O primeiro subitem intitulado “*O processo sócio-histórico do Serviço Social*” realiza um breve resgate acerca da profissão do Serviço Social no Brasil, contemplando a sua gênese no seio da Igreja Católica até as necessárias reformulações profissionais a partir da década de 1980. Este subitem compreende a institucionalização da profissão no Brasil, as suas diferentes concepções teórico-metodológicas e os principais momentos que foram fundamentais para a atual configuração da profissão. Esse resgate sócio-histórico se faz necessário para que se possa apreender o porquê de a profissão atualmente estar direcionando sua prática para uma outra concepção de educação que vai em contraponto à que está em vigência.

O segundo subitem desse trabalho intitula-se “*A Escola Cidadã e seus rebatimentos na formação dos sujeitos*” e tem como intuito principal apresentar outra concepção de educação que possa superar a concepção burguesa que constitui a educação atualmente. Esse subitem versa sobre a educação cidadã como sendo a concepção de educação que o profissional assistente social, em consonância com a matriz teórica hegemônica, defende. Isso se dá em razão dessa educação ter como características a presença da democracia nos espaços escolares, o incentivo do livre pensar, o respeito às diferenças presentes no meio escolar, a liberdade como princípio de manifestação dos sujeitos, entre outros, as quais estão diretamente ligadas com o Projeto Ético-Político do Serviço Social.

3.1 O processo sócio-histórico do Serviço Social

“A origem do Serviço Social como profissão tem a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis subjacentes- alienação, contradição e antagonismo-, pois foi nesse vasto caudal que ele foi enegendrado e desenvolvido” (MARTINELLI, 2011, p. 156).

O Serviço Social, assim como a política pública de educação, passou por vários processos de mudanças, sendo esses permeados por avanços e retrocessos no cenário brasileiro. Para o entendimento da conjuntura atual da profissão e do direcionamento da mesma, é necessário que seja apresentado os processos de renovação e influências que o Serviço Social enfrentou desde o seu surgimento no Brasil.

Com o advento da Revolução Industrial o mundo passou por uma série de transformações e reconfigurações. É nesse momento que o Capitalismo emerge enquanto sistema econômico em potencial, modificando e complexificando as relações sociais.

A Revolução Industrial teve, dentre outras consequências, a ampliação da produção por meio de um processo expansivo de industrialização e, por sua vez, a necessidade de um aumento na mão-de-obra nos meios de produção. Sendo assim, houve a exigência de que se tivesse um maior número de trabalhadores à sua disposição. Com o surgimento da máquina a vapor, havia a necessidade de que houvesse trabalhadores habilitados para operá-las, sendo necessária a contratação de trabalhadores mais pacíficos, ou seja, as mulheres que ingressam no campo de trabalho com uma jornada igual à dos homens, mas com salários relativamente inferiores (TEIXEIRA, 2008).

Nesse contexto de trabalho assalariado onde as cidades começam a dobrar de tamanho em razão do crescente número de pessoas que migraram da zona rural para a zona urbana em busca de trabalhos, tem-se um declínio considerável das condições habitacionais nos grandes centros e conseqüentemente das condições de saúde e qualidade de vida da população. Com isso, nesse momento de muitas tensões na sociedade de classes os trabalhadores começam a exigir do Estado uma

posição que pudesse dar condições mais dignas de trabalho e, conseqüentemente, de vida.

O Estado, em resposta, vai agir de maneira cautelosa referente aos manifestos da classe trabalhadora, uma vez que, encontra-se em uma linha tênue de conflitos de interesses entre a classe abastada e a classe subalterna, e vai agir por meio da intensificação do exercício da “ajuda ao próximo”. Nesse período é importante ressaltar que a assistência social era vista como puramente caritativa, onde as ações eram desenvolvidas tanto por pessoas ligadas à política (em sua grande maioria comandada pelas primeiras-damas), à burguesia (“moças caridosas”), à Igreja e, por fim, ao Estado. Segundo Estevão (2006, p. 11), “Toda a assistência social nessa época é feita de forma não sistemática, sem qualquer teorização a respeito além de vagas justificativas religiosas e ideológicas”.

É neste terreno que o Estado vai tomar para si a questão social e via políticas sociais vai demandar a intervenção de um profissional executor destas políticas: eis, a gênese do Serviço Social²⁶. A profissão surge marcada pelo atendimento a uma demanda do Estado na mediação das relações entre capitalistas e operários, tendo expressiva influência moral por parte da Igreja e posteriormente baseando-se nos moldes do Serviço Social norte-americano. A relação do surgimento da profissão com a Igreja Católica é tão considerável que é na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP) que surge a primeira escola de Serviço Social em 1936²⁷.

A gênese do Serviço Social se dará com influência direta da Igreja Católica pela base de formação profissional e, portanto, a visão de homem e de mundo estará embasada no Neotomismo, filosofia de São Tomás de Aquino. Nesse contexto, as ações dos assistentes sociais estariam em conformidade com a manutenção da ordem vigente, onde a autoridade era indiscutível e imutável e tendo por base a formação moral e doutrinária dos sujeitos (AGUIAR, 1989). A Igreja, nesse momento, trabalha a partir de sua doutrina defendendo a fé católica, e dois

²⁶ Para Montaño (2009) existem duas *teses* sobre o surgimento da profissão. A primeira perspectiva é a endógena, onde o Serviço Social surge enquanto evolução da caridade e filantropia. Por outro lado, tem-se a perspectiva histórico-crítica, sendo essa perspectiva defendida pelo acadêmico, onde o Serviço Social surge como resultado dos projetos econômico-políticos e suas decorrentes inquietações, onde o Estado “toma para si” respostas à Questão Social.

²⁷ A Escola de Serviço Social de São Paulo nasceu do Centro de Estudos e Ação Social- CEAS. O Centro surge de um grupo de moças preocupadas com a questão social e que participaram ativamente no Curso de Formação Social organizado pelas cónegas regulares de Santo Agostinho (AGUIAR, 1989, p.29).

instrumentos são um marco desse período: as Encíclicas Papais²⁸ que “em mais de uma ocasião, representaram modificações substantivas na orientação doutrinária e na ação política da Igreja católica” (CASTRO, 2007, p.51).

O Serviço Social ainda na década de 1930 trabalhava sob a perspectiva do “desajustamento social” onde os sujeitos deveriam se adaptar à realidade social vigente para a harmonia da sociedade. O fazer profissional era bastante incipiente, como traz Silva (2007, p.15): “A questão social, antes de ser uma questão econômico-política²⁹, apresenta-se como uma questão religiosa e moral no contexto de uma sociedade percebida como um todo unificado e harmônico”. A fala da autora reforça a ideia de que no começo da profissão no Brasil, a atuação do assistente social era direcionada para “reajustar” os indivíduos para o convívio harmônico na sociedade. Esse processo negava as condições sociais, históricas e econômicas no qual os sujeitos estavam submetidos.

Na década de 1940, o Serviço Social brasileiro vai “vestir-se de novas roupagens”. Nesse momento a profissão começa a se aproximar do Serviço Social norte-americano, por meio das técnicas para o exercício profissional e sob mais uma base teórica: o funcionalismo (AGUIAR, 1989). No entanto, é necessário deixar claro que embora os assistentes sociais da época estivessem se apropriando de técnicas para o seu exercício profissional o seu caráter ainda era de mediador de conflitos e não sob a óptica da defesa intransigente dos direitos sociais da classe trabalhadora.

Nesse mesmo período, a industrialização iniciada principalmente no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) cresce cada vez mais no Brasil e o Estado, por sua vez, vai trabalhar na ampliação destas indústrias. A Legislação Social da época, com a ditadura de Vargas, atende minimamente aos apelos da população trabalhadora, mas com relação às forças dos movimentos políticos de enfrentamento ao governo, as ações governistas de Vargas são puramente coercitivas, onde o mesmo age nesse período, na combatividade de todas as organizações políticas de oposição (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011). Conforme Iamamoto e Carvalho (2011, p. 251):

²⁸ “Referimo-nos às encíclicas *Rerum Novarum*, divulgada por Leão XIII a 15 de maio de 1891, e *Quadragesimo Anno*, divulgada por Pio XI a 15 de maio de 1931, dois anos depois do grande *crack* capitalista de 1929” (CASTRO, 2007, p.51, grifos do autor).

²⁹ Para Netto (2011, p.29) por sua vez “é somente nessas condições que as sequelas da “questão social” tornam-se mais exatamente: podem tornar-se objeto de uma intervenção contínua e sistemática por parte do Estado. É só a partir da concretização das possibilidades econômico-sociais e políticas segregadas na ordem monopólica (concretização variável do jogo das forças políticas) que a “questão social” se põe como alvo de *políticas sociais* (grifos do autor).

A noção fetichizada dos *direitos*, cerne da política de massas do varguismo e da ideologia da outorga, tem por efeito obscurecer para a classe operária, impedi-la de perceber a outra face da legislação social, o fato de que representa um elo a mais na cadeia que acorrenta o trabalho ao capital, legitimando sua dominação. [...] O problema da integração de grandes novas massas urbanas, de novas forças sociais que se adensam juntamente com o crescimento das atividades produtivas urbanas, tem por centro o fato de que o prosseguimento da acumulação capitalista exige que esses setores sejam mantidos continuamente em estado de carência.

A Legislação Social nesse período, como bem discutida por Iamamoto e Carvalho (2011) era puramente assistencialista e trazia a noção fetichizada de melhorias da condição de vida e de trabalho, obscurecendo o crescente domínio do capital sobre o trabalho. No ano de 1942 as vagas de trabalho para o Assistente Social começam a se ampliar com a fundação de duas importantes instituições para a história da profissão: a Legião Brasileira de Assistência (LBA) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Nesse contexto histórico, o Serviço Social ainda atua com uma visão fortemente conservadora, em que a moral ainda se faz muito presente no discurso dos assistentes sociais e a culpabilização dos sujeitos continua marcando presença. Outro fator considerável diz respeito à aproximação da profissão com a psicologia, onde os profissionais, em muitos momentos, vão atuar sob a ótica da psicologização dos sujeitos. Além disso, nesse momento tem-se uma aproximação com a política de educação, por meio das escolas, onde Iamamoto e Carvalho (2011, p.279) dissertam que o profissional assistente social trabalhará

Atuando através de um núcleo montado em cada escola, coordenará os encaminhamentos a entidades externas para regularização da “vida civil e profissional”; o *tratamento social* dos alunos, seja em grupo (jornadas sociais, orientação familiar e sindical, cinema, teatro etc.), seja individual (readaptação profissional e higiene mental); recreação extra-classe; encaminhamentos ao equipamento social da instituição para atendimentos médico-dentários e alimentação supletiva; organização de “caixas sociais” e de “associação de alunos” (grifos nossos).

Em matéria de trabalho institucional essa é a primeira grande aproximação entre o Serviço Social e a escola, embora Amaro (2012) declare que é no Estado do Rio Grande do Sul, por meio do Decreto nº 1394 de 25 de março de 1946, que o Serviço Social é implantado nas escolas visando assistência ao escolar. Em 1946, tem-se ainda o surgimento do Serviço Social da Indústria (SESI). Nesse espaço, o Serviço Social deixará de se ater quase exclusivamente às atividades de

coordenação dos serviços assistenciais, concessão de benefícios, para trabalhar profundamente no confronto entre capital e trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

Outra Instituição que surge em 1946 e que tem implicações diretas no Serviço Social é a Fundação Leão XIII, sendo essa a primeira grande instituição que terá a sua atuação fortemente direcionada para a população das grandes favelas do Rio de Janeiro. Mais uma vez o Serviço Social, nesse momento, tem aproximação com a educação. “Para o Serviço Social da Fundação Leão XIII, o “problema da favela” será o problema da educação [...] através da qual a totalidade dos problemas sociais se reduz à questão da educação, do capital cultural, que em muito lhe serve de divisor de águas com o proletariado” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011, p.301).

É na Fundação Leão XIII que a educação será a porta de entrada e a principal base de atuação do Serviço Social, sendo nesse momento, bastante utilizada a Educação Popular, que tem como função primordial atender a todas as classes sociais, sem qualquer forma de discriminação e exclusão. Contudo, é importante salientar que essa educação ainda está revestida de valores morais e controladores nesse momento. Na Fundação Leão XIII os trabalhadores em férias participavam de atividades educativas e de lazer que faziam parecer que eles não estavam sob o intenso domínio do capital, sendo que todas as ações eram pensadas com vistas ao aumento da produtividade de seu trabalho (IAMAMOTO; CARVALHO, 2011).

É a partir do fim da década de 1950 e começo da década de 1960 que o Serviço Social começa a pensar na reconfiguração do seu exercício profissional e são os eventos realizados pela reduzida categoria profissional que serão fundamentais para a afirmação desse pensamento.

Por volta da década de 1960, os assistentes sociais começaram a sentir a necessidade de mudanças urgentes tanto no que se refere a sua ação quanto ao público-alvo de suas atividades profissionais. O profissional começa a perceber que suas ações estão sendo incipientes e que a falta de um instrumental operacional está debilitando e comprometendo toda a sua ação profissional. Com essa inquietação, percebe-se que o público que deve ser atendido é outro: a classe trabalhadora e suas demandas.

Nesse período, o “Brasil desenvolvimentista” acreditava que industrializando o país todos os outros setores (inclusive a área sociais) se resolveriam

automaticamente. E é nesse contexto que demandas se ampliam e exigem do assistente social um aparato instrumental capaz de atender a todas essas efervescentes mudanças.

É na década de 1960 que se observa a existência de um meio profissional em franca expansão. No decorrer desses anos, a profissão sofrerá as suas mais acentuadas transformações, “modernizando-se” tanto o agente como o próprio teórico, métodos e técnicas por ele utilizados (IAMAMOTO, 2011, p.358).

A inquietação e insatisfação profissional foram marcos decisivos para o que ficou conhecido como Movimento de Reconceituação. É importante salientar que esse Movimento não surgiu de maneira imediata e sim foi um processo de construção que perpassou diversos momentos e em diversos espaços da categoria profissional. De acordo com Iamamoto, (2009, p.205),

O Movimento de Reconceituação, tal como se expressou em sua tônica dominante na América Latina, representou um marco decisivo no desencadeamento do processo de revisão crítica do Serviço Social no continente. O exame da primeira aproximação do Serviço Social latino-americano à tradição marxista se impõe como um contraponto necessário à análise do debate brasileiro contemporâneo.

É nesse período que se busca o rompimento com o Serviço Social tradicional e se começa a busca por um Serviço Social que seja crítico e que vá de encontro com as necessidades da classe trabalhadora, lutando contra todo e qualquer tipo de opressão das minorias pelas majorias. De acordo com Netto (2005, p.09):

Nesse marco, assistentes sociais inquietos e dispostos à renovação indagaram-se sobre o papel da profissão em face de expressões concretamente situadas da “questão social” sobre a adequação dos procedimentos profissionais tradicionais em face das nossas realidades regionais e nacionais, sobre a eficácia das ações profissionais, sobre a pertinência de seus fundamentos pretensamente teóricos e sobre o relacionamento da profissão com os novos protagonistas que surgiam na cena político-social.

Conforme Silva e Carvalho (2005), é no bojo desse movimento que se delinearão tendências diferenciadas da fundamentação teórico-metodológica e que acompanharão o pensamento e a ação profissional nos anos subsequentes. Outra

preocupação evidenciada era a necessidade de adequar as práticas profissionais a realidade brasileira, tendo em vista que estas ainda estavam impregnadas por uma perspectiva que contribuía para a reprodução da pobreza e não o seu enfrentamento.

Sobre a necessidade de laicizar³⁰ a profissão e adequar as ações à realidade brasileira, numa perspectiva de enfrentamento às diferentes expressões da questão social vivenciadas pela classe trabalhadora, Iamamoto (2008, p.37) destaca que

A ruptura com a herança conservadora expressa-se como uma procura, uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação profissional do assistente social, que, reconhecendo as contradições sociais presentes nas condições do exercício profissional, busca colocar-se, objetivamente, a serviço dos interesses dos usuários, isto é, dos setores dominados da sociedade.

É com essas indagações e com a necessidade de uma teoria que desse conta da apreensão das demandas e da realidade brasileira que os profissionais resolvem repensar a profissão. Silva (2007) afirma que no período de Ditadura Militar o Serviço Social brasileiro passa por processos de avanços e retrocessos, pois a repressão aos movimentos políticos acabam “paralisando”, mesmo que temporariamente, os avanços referentes à aproximação da teoria marxista no Serviço Social brasileiro.

Por outro lado, com a absorção de profissionais assistentes sociais pelo mundo do trabalho, cria-se a necessidade de aprofundamento na formação profissional. É no final da década de 1970 e início da década de 1980 que começa-se a expansão dos cursos de pós-graduação na área do Serviço Social brasileiro. No final da década de 1970 tem-se a fundação da Revista Serviço Social & Sociedade, importante periódico para a expansão das discussões na área do Serviço Social brasileiro, sendo influente em toda a América Latina (SILVA, 2007).

No final da década de 1970, mais precisamente no ano de 1979, tem-se mais um marco importante para o Serviço Social: O Congresso da Virada. Esse Congresso que resultou no Método BH buscou, dentre outras coisas, sob a intenção

³⁰Segundo o Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, Laicizar: [De *laico* + *izar*] . v.t.d Tornar laico ou leigo, excluir elemento religioso ou eclesiástico (organização estatal, ensino, etc); Laicificar. Nesse sentido, laicizar significa romper com as influências da doutrina religiosa no que tange ao desenvolvimento da ação profissional do Assistente Social.

de ruptura com o Serviço Social Tradicional, trouxe para a Categoria Profissional as discussões referentes ao Marxismo. Segundo Netto (2011, p.276-277) “o método que ali se elaborou foi além da crítica ideológica, da denúncia epistemológica e metodológica e da recusa das práticas próprias do tradicionalismo; envolvendo todos esses passos, ele coroou sua ultrapassagem no desenho de um inteiro *projeto profissional*” (grifos do autor).

Ainda na década de 1980 tem-se um processo de amadurecimento profissional e um dos exemplos disso é a reformulação curricular de 1982 e a elaboração do Código de Ética Profissional de 1986³¹. Esse Código de Ética busca romper com as heranças conservadoras presentes até então, da mesma forma que busca afirmar o marxismo como teoria social na profissão, superando sua visão equivocada. Segundo Barroco (2006, p. 170) “O Código e a reformulação curricular de 1982 são marcos de um mesmo projeto que pressupõe o compromisso ético-político com as classes subalternas e a explicitação da direção social da formação e da prática profissional”.

Na década de 1990 têm-se mudanças consideráveis na trajetória política, econômica e social do Brasil e, dentre outros marcos significativos, tem-se o processo de *impeachment* do então Presidente Fernando Collor, a implantação do ideário Neoliberal, a sanção da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e no caso do Serviço Social, a criação da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662 de 7 de Junho de 1993), o Código de Ética Profissional de 1993 e as novas diretrizes curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social de 1996 (ABEPSS), que juntos compõem o direcionamento profissional do Projeto Ético-político profissional.

O Projeto Ético-político do Serviço Social, fortemente discutido na segunda metade da década de 1990, trata a direção social e política da profissão. De acordo com Netto (2009, p.155),

Esquemáticamente, esse projeto tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central - a *liberdade* concebida historicamente, como possibilidade de escolha entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, *este projeto se vincula a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração/dominação de classe, etnia e gênero*. A partir dessas opções

³¹ Anteriormente têm-se os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 com características conservadoras (BARROCO, 2006).

que o fundamentam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo, tanto na sociedade como no exercício profissional (grifos do autor).

O Projeto Ético-Político (PEP) sintetiza o direcionamento da ação profissional a partir da década de 1990 e está intimamente ligado aos rumos que a categoria profissional começa a seguir. Ele é um dos avanços que o Serviço Social alcançou por meio dos debates e discussões acerca da profissão e sua observância consiste em um dos maiores desafios para os profissionais do Serviço Social, pois é pautado nele que o assistente social deve direcionar o seu exercício profissional interventiva.

A década de 1990 é também um período em que as áreas de atuação dos assistentes sociais tiveram um considerável crescimento. Isso se deu, dentre outras razões, em função das transformações e complexificações das relações sociais. Outros espaços vêm sendo conquistados pela categoria profissional ao longo do processo sócio-histórico, como é o caso de empresas, terceiro setor (ONG's), assistência social (com a implantação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS), e até mesmo a educação.

É com base nesse contexto que o Serviço Social, atrelado à matriz teórica hegemônica, defende uma concepção de educação plural, que instigue a autonomia dos sujeitos, suas potencialidades, manifestação das diferenças e o exercício da democracia, independentemente de quaisquer diferenças que possam apresentar.

3.2 Educação cidadã: a concepção de educação defendida pelo Serviço Social

Aqueles que defendem a escola pública dizem, com bastante razão, que ela se encontra ameaçada pelas políticas de privatização implementadas pelas administrações neoliberais. Sustentam que tais políticas reforçam as tendências antidemocráticas que historicamente caracterizaram o desenvolvimento dos sistemas educativos, criando novas formas de segmentação e dualização institucional, questionando, assim, o direito à educação de uma boa parte da população (GENTILI, 2005, p.21)

Como abordado no subitem anterior o Serviço Social a partir da década de 1990 passa por um processo de reformulação, afirmação e amadurecimento teórico e profissional. Com a divulgação do Código de Ética Profissional de 1993, tem-se, dentre outros, dois princípios fundamentais que articulam-se diretamente com a política de educação. São esses: “Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças” e “Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, opção sexual, idade e condição física” (CFESS, 1993).

Esses dois princípios se relacionam com a política de educação a partir do momento em que a escola é um espaço plural, onde os sujeitos que ali estão fazem parte de diversos grupos sociais e, conseqüentemente, tem diferentes modos e condições de vida. Diante deste cenário diverso, não cabe a defesa de uma política educacional seletiva, excludente e sectária: há que se defender uma concepção que agregue aos princípios éticos acima evidenciados, ou seja, uma concepção de educação cidadã.

Para Amaro (2012, p. 104), na particularidade do Serviço Social, “o alicerce da ação profissional na escola contemporânea é, e sempre será, a educação do cidadão”. Esse profissional pode contribuir para a efetivação do acesso ao direito universal que é a educação, fazendo uma interlocução deste com a família, o seu entorno social e a comunidade escolar, pois ele é o profissional que detém competências e habilidades para apreender as relações complexas que se estabelecem na escola como é o caso do bullying, homofobia, discriminação, desigualdade, superdotação, gravidez na adolescência, dentre outros.

Com isso, a partir de suas mais variadas ações, o assistente social estará sempre na defesa e garantia para que os sujeitos possam ter acesso e permanência à uma educação de qualidade que possibilite reflexão, formação crítica e oportunidades de transformação social.

A atuação dos assistentes sociais deve estar sempre pautadas pelos 3 pilares que compõem o Projeto Ético-Político que rege a categoria profissional: O Código de Ética Profissional (1993), a Lei de Regulamentação da Profissão (Lei nº 8.662/93) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Esse projeto ético-político também vai ao encontro da concepção de educação que “pressupõe a referência a

uma concepção de educação emancipadora, que possibilite aos sujeitos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano” (CFESS, 2013, p.33), a qual difere do modelo gerencial e burguês de educação, problematizada por Mézáros (2008, p. 35):

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu-no seu todo ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legitima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão de sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente impostas.

Percebe-se, por meio dessa dupla explanação das diferentes concepções de educação que os desafios para qualquer profissional na busca por uma educação que possa valorizar as potencialidades dos sujeitos sociais ainda são muitos. Delval (2006) ao afirmar que a educação cidadã deve ser garantida, reflete que é preciso que antes de a escola ensinar conhecimentos desconexos é preciso que a escola ensine a pensar, a debater problemas, analisá-los e a partir de discussões com as mais diversas opiniões, pensar em estratégias coletivas.

É preciso, sim, que escola ensine a compartilhar e respeitar o outro, de modo que a inserção dos sujeitos tenha como característica principal a democracia e o respeito às diferenças. E isso só será possível se a escola tiver o apoio necessário para que isso aconteça, garantindo assim, que a educação plural, de qualidade e universal que está prevista na Constituição saia, efetivamente, do papel.

Nidelcoff (2004, p.8) preocupada com os rumos que a educação vem tomando e a partir disso da forma com que os educadores vem se posicionando frente ao sistema educacional pergunta:

“Como iremos responder? Como temos respondido até agora? O que somos e o que queremos ser? Olharemos com indiferença e deixaremos que os outros decidam e respondam? Por apatia ou por temor deixaremos que tudo continue como está? Trabalharemos para mudar a situação?”

O trecho da autora argentina, demonstra a situação educacional em seu país que, de certa forma, não está diferente da educação brasileira frente às transformações decorrentes nas últimas décadas. Ela ainda reflete que as condições

das escolas são diferentes entre as classes. Segundo a autora, “os valores que propomos às crianças são valores burgueses: o individualismo, a promoção pessoal, a ascensão social mediante esforço próprio, a poupança, a segurança” (NIDELCOFF, 2004, p.16). Isso remete ao momento histórico do Serviço Social em que a situação em que os sujeitos se encontravam era inteiramente de sua responsabilidade, sendo oriundas do seu “esforço individual”. A referida autora ainda deixa claro que “a escola, como instituição, *geralmente* confirma e assegura a estrutura social” (NIDELCOFF, 2004, p. 18, grifos nossos).

Sob essa escola, de concepção burguesa, que corrobora para a manutenção do sistema vigente – onde o livre pensar perde o espaço para os conhecimentos engessados – que os profissionais da educação, e isso inclui o assistente social, devem lutar para transformar. A educação cidadã é uma “alternativa” a essa educação conservadora. Azevedo (2005, p. 89) afirma que

O Projeto Escola Cidadã não se pretende original quanto às suas vertentes políticas, sociais e culturais. Ele é o produto histórico da construção social das lutas pela afirmação democrática do direito à educação pública de qualidade. Educadores e educandos afirmaram seus princípios, refletiram suas práticas nas academias, nos sindicatos e nos diversos movimentos sociais. Foi a articulação das experiências democráticas, dos fazeres pedagógicos alternativos que fertilizaram o campo progressista em décadas de lutas que semearam e acalentaram o sonho embrionário de uma educação emancipadora, associada a um projeto sociocultural voltado à formação de sujeitos históricos capazes de, conscientemente, produzir e transformar sua existência.

O autor explica os principais pressupostos dessa educação de caráter crítico, que trabalha sob a perspectiva da emancipação dos sujeitos, valorizando suas ideias, suas particularidades, preservando seus processos histórico-sociais. Esse projeto de educação cidadã vai diretamente ao encontro da direção social do Serviço Social, uma vez que, traz como pressuposto a democracia enquanto elemento fundamental e transformador.

Com relação a esse aspecto é preciso enfatizar que o Serviço Social enquanto categoria profissional luta por outro Projeto Societário³², conciliado com um projeto coletivo. A educação cidadã é mais precisamente a escola, nesse

³² “A experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas *flexíveis* e *cambiantes*: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas” (NETTO, 2008, p.143, grifos do autor).

contexto, tem papel fundamental enquanto espaço articulador de ideias e formador dos sujeitos e estabelece sua relação com a direção social do Serviço Social, por meio de sua matriz teórico-metodológica hegemônica e do Projeto Ético-político preocupa-se com a atual conjuntura da educação:

Quero uma escola comunidade, dotada de pensamento e vida próprios, contextualizada na cultura local e integrada no contexto nacional e global mais abrangente. Não quero, pois, uma escola burocratizada que seja uma mera delegação ministerial. Desejo assim uma escola que conceba, projete, atue e reflita em vez de uma escola que apenas executa o que os outros pensaram para ela. Uma escola que tenha uma ambição estratégica por oposição a uma escola que não tem visão e não sabe olhar-se no futuro [...] em suma, uma escola com cara, como diria Paulo Freire, e não apenas uma escola anônima.

A autora vem a reafirmar a preocupação evidenciada sob os atuais aspectos da educação, indo em defesa da escola emancipadora e democrática: a escola *construtora* do saber. Para Paulo Freire (2011, p.37), “a prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”. E é necessário que se acredite que mudar é difícil, mas é urgentemente necessário.

Preocupando-se com a forma como a educação enquanto direito vem sendo tratada e na defesa da educação com vistas à cidadania, no próximo capítulo desse Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) serão analisadas as possibilidades de inserção do Assistente Social na política de educação, como *lócus* privilegiado, mas não único, de luta concreta pela educação cidadã, a partir da experiência do estágio supervisionado na política de educação, no município de São Borja.

4 INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O presente capítulo desse trabalho trata da política educacional como *lócus* do processo de Estágio Supervisionado do acadêmico e os resultados desse processo da formação profissional. O mesmo encontra-se dividido em 2 subitens.

O primeiro subitem intitulado “*A inserção do assistente social na educação em São Borja/RS: sua trajetória histórica*”, no qual apresenta brevemente o município de São Borja e a inserção do Serviço Social na política educacional do município.

O segundo subitem desse capítulo intitula-se “*Análise das informações resultantes do projeto de intervenção O Serviço Social na escola: desafios e contribuições do assistente social nas escolas de São Borja-RS*” e apresenta as discussões baseadas nas informações oriundas dos instrumentos aplicados durante a execução do projeto de intervenção, a partir da luta do CFESS por meio do Projeto de Lei nº3.688/2000, que institui a inserção do Assistente Social (e Psicólogo) em escolas públicas.

4.1 A inserção do assistente social na educação em São Borja/RS: sua trajetória histórica

“Não podemos nos assumir como sujeitos da procura, da decisão, da ruptura, da opção, como sujeitos históricos, transformadores, a não ser assumindo-nos como sujeitos éticos. Nesse sentido, a transgressão dos princípios éticos é uma possibilidade mas não é uma virtude. Não podemos aceitá-la” (FREIRE, 2011).

O Município de São Borja foi criado por Alvará em 13 de outubro de 1817, com a denominação de São Francisco de Borja e instalado em 21 de abril de 1834. A lei provincial de n.º 1.614, de 12 de dezembro de 1887, elevou à categoria de cidade a sede municipal. Compõe-se de 2 distritos: São Borja (sede) e Rincão do Meio. É Comarca desde 22 de outubro de 1850, por força da Lei Provincial n.º185 (IBGE, 2010).

Dessa forma, São Borja é um dos municípios mais antigos do Estado do Rio Grande do Sul, estando localizado na fronteira Oeste do Estado. Faz limite com Itaqui, Maçambará, Garruchos, Santo Antônio das Missões, Itacurubi, Unistalda e com o município argentino de Santo Tomé. Segundo dados do último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município possui 61.671 habitantes distribuídos em uma área de 3.616,019 km², sendo 17, 05 habitantes por km².

Segundo informações coletadas no site da Prefeitura Municipal de São Borja, o Município é o primeiro dos Sete Povos das Missões e Terra dos Presidentes, sendo considerada uma das cidades mais importantes da histórica política brasileira. Hoje, o município destaca-se como um novo pólo de oportunidades, tanto no agronegócio (sua principal base econômica) quanto nas rotas comerciais do Mercosul e no turismo.

Com relação ao trabalho, o município de São Borja teve, no período de Janeiro à Outubro de 2011, 8.547 empregos formais, divididos nas mais diversas atividades, que variam do ramo agrícola ao comércio. Além disso, a taxa de analfabetismo de pessoas com 15 anos ou mais (2010) é de 6,51 %; a expectativa de Vida ao Nascer (2000) é de 72,35 anos; o coeficiente de Mortalidade Infantil (2010) de 13,85 por mil nascidos vivos; e o PIB (2010), R\$1.342.380 (FEE, 2013).

Atualmente a prefeitura encontra-se dividida em 13 secretarias. No que diz respeito à política educacional do município, São Borja conta com a Secretaria Municipal de Educação (SME), a qual tem como competências:

- execução, supervisão e controle da ação do governo municipal relativa a educação e cultura;
- a perfeita integração e articulação com outros níveis de governo em matéria de política e legislação educacional;
- a organização e acompanhamento do sistema municipal de ensino;
- a dinamização de ações que contribuam para o pleno funcionamento técnico, administrativo e pedagógico do sistema de ensino municipal;
- a promoção, acompanhamento e avaliação de ações pedagógicas desenvolvidas em aprimoramento do processo educativo do sistema municipal de ensino;
- a promoção de alfabetização de adultos, no nível de ensino fundamental;
- a orientação e controle da observância dos princípios de ensino previstos na legislação vigente;
- a orientação e controle dos processos de eleição das direções das escolas municipais;

- a distribuição, supervisão e controle do quadro de pessoal das escolas municipais, com análise do mesmo e busca de alternativas, visando seu aperfeiçoamento;
- a efetivação de ações no sentido de aprimorar o atendimento educacional na educação na pré-escola ensino infantil, zona rural e infantil, e ensino noturno, pertencentes a rede municipal de ensino;
- políticas de apoio ao estudante de ensino superior e de cursos técnicos;
- promover ações e programas para atender as necessidades do estudante de interior e de fora do município;
- a efetivação de ações no sentido de buscar a qualidade de ensino, através de atualização e qualificação de professores; melhoria de recursos didático-pedagógicos;
- a assistência a estudantes de baixa renda; a manutenção dos serviços relativos à merenda e transporte escolar;
- a promoção e incentivo à recreação, aos esportes e educação física nas escolas, como forma de lazer e saúde;
- criar e manter políticas de desenvolvimento, voltados à prática e aprimoramento das atividades culturais e de lazer no município, promoção, participação ou representação em atividades cívicas;
- organizar e manter os ASEMAs;
- a manutenção da biblioteca e museu municipal;
- a expansão de cultura através das diversas modalidades de conhecimento e do estímulo à cultura artística;
- outras ações correlatas às competências da secretaria;
- cumprir as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.
- a manutenção da banda municipal previstas na Lei Orgânica do Município (SÃO BORJA, 2013, s/p).

A Secretaria Municipal de Educação é formada por 5 departamentos, sendo esses: Administrativo, Orientação Pedagógica e Especialização do Magistério, Pessoal, Projetos Especiais e Transporte Escolar. Atualmente, o município conta com 41 escolas, sendo elas divididas entre escolas municipais de ensino fundamental e infantil e escolas estaduais, além de 5 Apoios Sócio-educativos em Meio-aberto (ASEMAS). Destas, tem-se 11 escolas municipais de ensino fundamental na zona urbana e 8 escolas municipais de ensino fundamental na zona rural, além de 9 escolas municipais de ensino infantil, 11 escolas estaduais e 2 escolas particulares (SÃO BORJA, 2013).

No que se refere à inserção do profissional assistente social na política de educação em São Borja, o seu início é recente. Para a elaboração da Análise Institucional, documento resultante do Estágio Supervisionado em Serviço Social I, buscou-se realizar entrevista com a primeira assistente social a trabalhar na política de educação do município, a qual começou na Secretaria Municipal de Educação (SMEd) no ano de 2009, em regime de contrato.

A profissional foi contratada para trabalhar em toda a rede (escolar) municipal de São Borja. Sua sala era dividida com uma psicóloga, onde ambas atuavam de maneira conjunta, respeitando as particularidades de cada profissão. A

profissional destacou a importância do trabalho interdisciplinar, sendo que para Fazenda (2008, p.14) “a interdisciplinaridade cabe partilhar, não replicar”. As ações foram pensadas em conjunto conforme fossem surgindo demandas do público usuário. Segundo Wolf (2013) uma das maiores dificuldades encontradas no exercício profissional na área da educação foi o não entendimento da profissão, principalmente por parte dos funcionários das escolas. Em razão dessa falta de clareza do exercício profissional do Serviço Social, começaram alguns embates entre a assistente social e alguns profissionais da área educacional. Outra dificuldade destacada fazia menção a falta de veículo institucional para que a mesma pudesse realizar as visitas domiciliares e escolares.

A partir do ano de 2013, a Secretaria Municipal de Educação cedeu a assistente social do quadro para trabalhar diretamente no Centro de Atendimento Múltiplos (CAM) (HOEPNER, 2013). No CAM³³, *lócus* do Estágio Supervisionado em Serviço I e II, a inserção do Serviço Social se deu por meio do projeto “*Assessoria do Serviço Social à Educação Inclusiva na rede de ensino fundamental em São Borja: o CAM como espaço de atuação profissional*”, no ano de 2012. Esse projeto foi uma parceria entre Prefeitura Municipal de São Borja, Secretaria Municipal de Educação e Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA. O principal objetivo do projeto era assessorar a comunidade escolar da rede municipal de ensino, na perspectiva da educação inclusiva, tendo em vista a efetivação do exercício da cidadania. Seus objetivos específicos eram

- Assessorar a comunidade escolar tendo em vista a orientação, mobilização e formação sobre a temática da inclusão e acessibilidade;
- Mapear as escolas municipais de São Borja, dos alunos com necessidades educacionais especiais tendo em vista a realização do diagnóstico local;
- Analisar as possíveis situações de intervenção no que se refere ao campo do Serviço Social, com vistas à socialização dos direitos;
- Fortalecer a participação da família no desenvolvimento de atividades direcionadas à educação inclusiva e ao exercício da cidadania (COGOY, 2011, s/p).

³³ O Centro de Atendimento Múltiplos (CAM) tem como objetivo principal disponibilizar recursos humanos e materiais, a fim de promover atividades para que a aprendizagem esteja centrada no potencial de cada aluno, de forma que uma incapacidade para andar, ouvir, enxergar, ou déficit no desenvolvimento não sejam classificados como falta de competência para aprender e nem causa para que os alunos desistam da escolarização (SÃO BORJA, 2013, s/p).

O projeto possibilitou a inserção do assistente social em um novo espaço sócio-ocupacional, além de estabelecer parceria entre o poder público municipal e a Universidade Federal do Pampa. Este foi o primeiro momento em que um assistente social participou das atividades do Centro de Atendimento Múltiplos (CAM) e, após a execução do projeto de extensão, o Serviço Social constituiu um novo espaço na instituição, onde a assistente social atuou tanto em sua função precípua quanto na coordenação do CAM.

Com a inserção enquanto estagiário do Serviço Social durante os meses de Janeiro à Outubro de 2013 e a partir das inquietações que foram sendo cada vez mais decorrentes no espaço sócio-ocupacional no período de estágio, o acadêmico propôs um projeto de intervenção que problematizasse a política de educação no município de São Borja. Com isso, escolheu-se a escola como sendo o espaço materializador dessa política para a execução do mesmo, de modo a esclarecer e apresentar, de forma mais consistente, a profissão do Serviço Social na política educacional.

Diante disso, o Projeto de intervenção intitulado “*O Serviço Social na escola: desafios e contribuições do assistente social nas escolas de São Borja-RS*” foi elaborado em Julho de 2013 e no dia 28 de agosto de 2013 teve sua primeira intervenção. Os resultados, bem como a experiência adquirida durante esse processo, serão analisadas na sequência do presente capítulo.

4.2 Análise das informações resultantes das intervenções do Projeto “O Serviço Social na escola: desafios e contribuições do assistente social nas escolas de São Borja-RS”

O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam para o estagiário, tendo em vista a sua formação. O estágio é o lócus onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente (BURIOLLA, 2011, p.13, grifos do autor).

O projeto de intervenção “*O Serviço Social na escola: desafios e contribuições do assistente social nas escolas de São Borja-RS*” apresentado rapidamente no subitem anterior foi resultado do processo de Estágio Supervisionado em Serviço Social I e II, o qual teve o propósito de evidenciar a importância que o Serviço Social tem enquanto profissional na política de educação.

A luta pela inserção desses profissionais na política de educação não é recente, sendo datada desde os anos 1990. Contudo, foi com a proposta do PL 3688/2000³⁴ e por meio da mobilização que o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) vem fazendo desde o começo dos anos 1990 via Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000, que a atuação desses profissionais na educação pública está cada vez mais próxima de se efetivar, ao prever, segundo essa proposta de Lei, que cada escola pública do país contenha, obrigatoriamente, em seu quadro de funcionários, assistente social e psicólogo. Atualmente, as discussões referentes à sanção dessa lei ainda estão ocorrendo nos espaços políticos e aguardando Deliberação na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Pautado nisso, a proposta inicial do projeto de intervenção era trabalhar em 8 escolas municipais da área urbana no município de São Borja, de maneira que esse número seria representativo para contemplar o maior número possível de profissionais das escolas. Contudo, devido a imprevistos³⁵ a intervenção nas 8 escolas não foi possível de ser realizada.

³⁴ “No parecer que analisa a relevância da tal PL, é reconhecido que, por vezes, problemas de ordem social influenciam no desempenho dos alunos, ao tempo em que também é ponto de concordância o fato de que, por receberem uma grande quantidade de alunos, as escolas deixam de considerar como elemento do processo de aprendizagem, as necessidades e dramas individuais do aluno” (SILVA, 2012, p. 69).

³⁵ Como o estágio supervisionado em Serviço Social II começou oficialmente no dia 26 de junho de 2013 e acabou no dia 24 de outubro de 2013 (período previsto no Termo de Compromisso de Estágio), nesse período a escola teve atividades diversas que envolveram todo o seu corpo de funcionários, que vão desde reuniões pedagógicas até a celebração de datas comemorativas. Como era necessário que as escolas pudessem se organizar e aceitar participar das intervenções e como o projeto foi pensado conjuntamente com a supervisora de campo, a ideia inicial era de que a profissional estivesse, de preferência, durante as ações do projeto, para que posteriormente fossem feitas discussões e reflexões sobre como o projeto estava sendo recebido e conseqüentemente como se dariam as futuras intervenções. Porém, no início do mês de agosto a supervisora de campo teve que tirar uma licença Premium (licença essa que teve a duração de 30 dias) e, estando ausente, foi definido, juntamente com a supervisora acadêmica, a espera pelo retorno da supervisora. Devido a esses acontecimentos e aos problemas de agendamento com as escolas que somente no dia 30 de agosto foi possível realizar a primeira intervenção do projeto na Escola Municipal de Ensino Fundamental Neith Aragon Motta (E.M.E.F. Neith Aragon Motta). Depois dessa escola, tiveram intervenções com fala em mais 2 escolas. Devido a conflito de agenda das escolas e do próprio

Com o objetivo geral de “Problematizar as possibilidades de inserção e intervenção do profissional assistente social no âmbito escolar para que os demais profissionais possam contribuir na luta e defesa pela inserção desse profissional na escola”, a proposta das intervenções era começar fazendo uma pequena apresentação do estagiário com os professores; aplicar com os profissionais um instrumento³⁶ para apreender o entendimento dos mesmos a respeito do Serviço Social; e, na sequência, realizar uma apresentação expositivo-dialogada que continha as principais contribuições do Serviço Social no âmbito escolar. No final da fala, abria-se o debate e era entregue mais um instrumento de avaliação da atividade³⁷, para dar sugestões e verificar a relevância do projeto de intervenção.

As respostas oriundas do primeiro instrumento revelam informações curiosas a respeito da concepção de Serviço Social que os profissionais das escolas demonstraram e no quanto isso tem implicação na inserção do profissional assistente social nas escolas municipais de São Borja. Estas passam, a partir de agora, a ser apresentadas e analisadas.

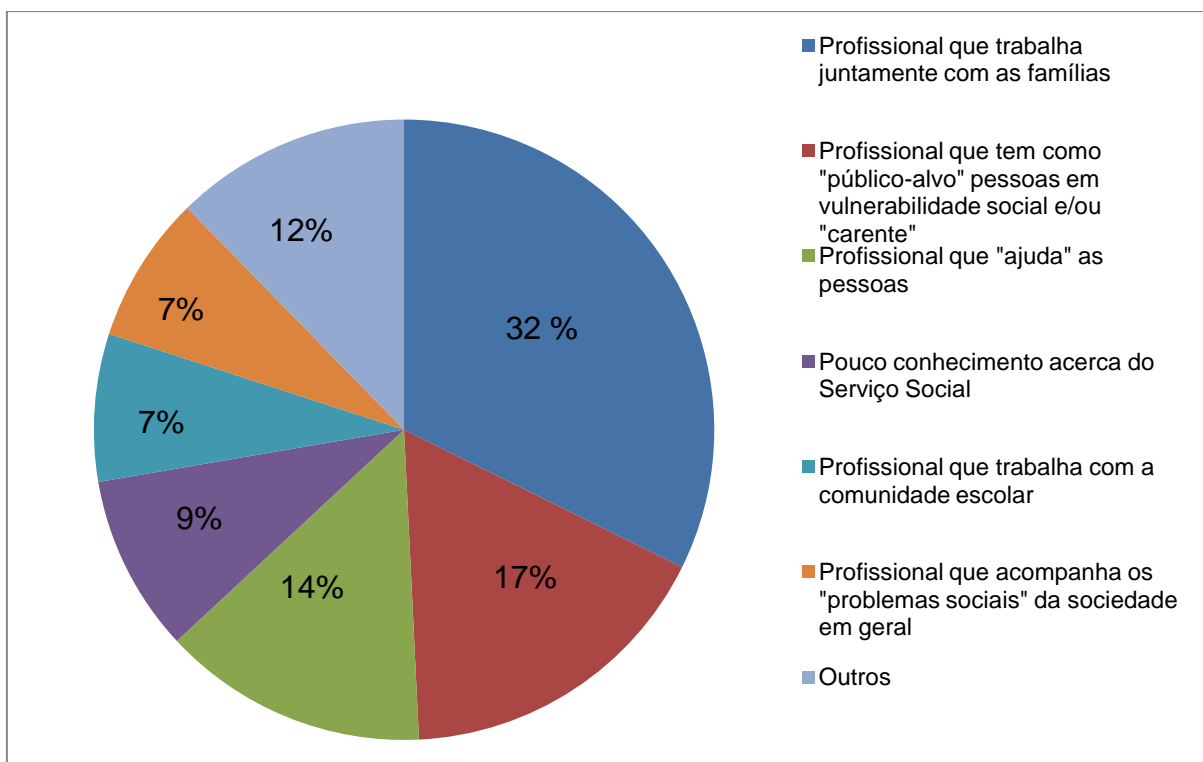
Com relação à primeira pergunta “O que você sabe sobre o Serviço Social?” apareceram os seguintes resultados: 32% dos profissionais responderam que o Serviço Social é o profissional que trabalha juntamente com as famílias; 17% das respostas mostraram que o Serviço Social é o profissional que tem como “público-alvo” pessoas em vulnerabilidade social e/ou “carente”; 14 % dos profissionais declararam que o Serviço Social é o profissional que “ajuda” as pessoas; 9% das pessoas disseram que tem pouco conhecimento no que se refere ao Serviço Social; 7% disseram que o Serviço Social é o profissional que trabalha com a comunidade escolar; 7% das respostas declararam que o Serviço Social é o profissional que acompanha os “problemas sociais” da sociedade em geral; e 12% elencaram outras respostas, conforme pode ser conferido na figura abaixo.

acadêmico foi aplicado o instrumento em outras 3 escolas, totalizando no final do projeto de intervenção 6 escolas participantes e 65 professores ao total.

³⁶ Vide Apêndice A.

³⁷ Vide Apêndice B.

Figura 1: Concepção de Serviço Social



Fonte: Sistematização feita pelo autor com base nas informações coletadas durante a execução do Projeto de intervenção.

Como pode-se observar a categoria que aparece com 32% das respostas refere-se ao Serviço Social como sendo o profissional que trabalha com as famílias. Essa resposta refletiu muito durante as falas do projeto de intervenção. A categoria família era sempre mencionada pelos profissionais, pelo fato de que muitas vezes os mesmos sentiam a falta da família na escola.

[...] O Serviço Social, penso eu, que é um trabalho realizado com as famílias, relacionado às condições familiares de saúde, trabalho, cidadania, auxílio de informações, apoio assistencial. De cuidados com a situação de moradia, alimentação e acompanhamento do desenvolvimento com a família na cidade e no local de residência de cada um [...] (SUJEITO "A").

Essa resposta demonstra que a concepção de Serviço Social perpassa pela categoria família e todas as particularidades que a mesma requer. Percebe-se com isso que muitas vezes o profissional que está em sala de aula não consegue dar conta de entender as particularidades da família de cada aluno, por isso a demanda e concepção de uma profissão que trabalha com as famílias. Para Coutinho, Ribeiro e Barreiro (2012, p.87),

a família é a base do indivíduo, é nesta instituição que a criança deve crescer e se desenvolver aprendendo a respeitar, a conviver e a compreender o espaço do outro, é neste acompanhamento familiar que se forma um alicerce favorável para educar os filhos, em parceria com a escola, para formar cidadãos em plena condição de viver em sociedade.

Em muitos momentos os profissionais trouxeram nos diálogos que a família deixa de participar da vida escolar dos filhos, remetendo ao conceito equivocado que a educação dos filhos fica por conta da escola³⁸. Percebeu-se nos encontros que o Serviço Social seria fundamental para trabalhar com a família justamente porque o professor muitas vezes não dá conta de atender a todas as exigências³⁹ cotidianas em seu exercício profissional e, também, em muitos momentos ele não tem competência teórico-metodológica para dar conta de determinadas demandas que se apresentam. Segundo o Sujeito “B”, o Serviço Social “vem somar com nosso trabalho na escola, pois muitas vezes não sabemos como proceder”, pois os professores acabam por se sentir de “mãos atadas” frente aos desafios extra-classe que aparecem cotidianamente no âmago escolar.

Outra categoria que aparece na figura, com 17% das respostas, é a de que o Serviço Social é o profissional que tem como “público-alvo” as pessoas em vulnerabilidade social e/ou “carente”. Percebe-se que esses profissionais estão caracterizando o Serviço Social como sendo a profissão que trabalha somente com pessoas de uma determinada classe social, nesse caso o termo que eles utilizam é “carente”. Segundo o Sujeito C “são profissionais que trabalham para sanar as dificuldades enfrentadas por pessoas de baixo poder aquisitivo com relação a seus problemas familiares”. Isso pode se dar em razão da herança que o Serviço Social carrega devido à sua trajetória histórica, cuja gênese remonta para ações desenvolvidas em prol das classes menos favorecidas (IAMAMOTO, 2011). Hoje,

³⁸ O artigo 4º o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) traz que “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária” (BRASIL, 1990, s/p).

³⁹ As estratégias e manobras que visam à coisificação do professor são rigidamente calculadas. A nível legal impede-se a sindicalização (sem união da classe, não há contestação). A nível estrutural, segmenta-se o conhecimento proposto pelas escolas (a compartimentalização e a superespecialização isolam, dividem, estraçalham). A nível intelectual, levanta-se barreiras contra a atualização do professor (quanto menos ele souber, maior será a alienação). A nível ideológico, prega-se uma só concepção de mundo (nos livros didático: o Brasil ideal, distante do real). A nível salarial, abaixa-se o preço hora-aula a fim de automatizar o trabalho (mais aulas para sobreviver; tempo mínimo para perspectivar a mudança; resultado: alienação e reprodução) (SILVA, 2011, p. 27).

isso torna-se um equívoco do ponto de vista profissional, uma vez que o Serviço Social não trabalha apenas com um extrato social e, sim, com todos os atores sociais.

Nesse vasto campo de atuação desse profissional, na área educacional, podem surgir demandas que independem da classe social em que os sujeitos encontram-se inseridos, como é o caso da violência em suas mais diversas concepções e manifestações e do não acesso aos direitos sociais, que em sua maioria se dá nas minorias sociais, mas que não é exclusivamente só nela.

Com relação ao termo carente, em geral se traduz por vulnerabilidade econômica, tendo em vista que a imagem do Serviço Social remonta a “busca de algo”. Embora ela pode referir-se a vulnerabilidade, cultural, emocional, política, geralmente os profissionais tendem a eleger a esfera econômica para justificar os problemas existentes no espaço escolar, o que comprova-se como um equívoco incalculável e inconcebível.

Outra questão é que o Serviço Social não tem um único “público-alvo”. Ele trabalha nos mais diversos segmentos sociais, justamente pela configuração societária em que todos os sujeitos interagem entre si, atuando nas mais diferentes políticas sociais, visando a legitimação dos direitos sociais (IAMAMOTO, 2009).

A terceira categoria que aparece na figura 1 traz o Serviço Social na definição mais corriqueira entre leigos: para 17%, o Assistente Social é um profissional que ajuda as pessoas. Essa, talvez seja a definição mais conservadora da profissão, que remete aos primórdios da profissão, ao afirmar, de acordo com o Sujeito “D”, que o Serviço Social é “a maneira de ajudar muitas pessoas da comunidade”.

O Serviço Social começou sua prática profissional com caráter filantrópico, no qual a caridade e a benemerência eram características fundantes na atuação profissional, o que vinha trazer como perfil do assistente o caráter voluntarista. Conforme Estevão (2006, p.7), na gênese o “Assistente Social é aquela moça boazinha que o governo paga para ter dó dos pobres”. Isso reflete duas questões principais: a predominância feminina na profissão e a maneira de como o profissional era visto perante a sociedade, obstáculo esse que encontra-se de longa data, ainda, em espaços sócio-ocupacionais do assistente social. Esse trecho discorre e reforça a tradição de pensar o assistente social como aquela pessoa que

ajuda os outros. Dessa maneira essa concepção vai na direção oposta da profissão em sua configuração atual, pois

[...] Exige-se um profissional qualificado, que reforce e amplie a sua competência crítica; não só executivo, mas que pensa, analisa, discute, pesquisa e decifra a realidade. Alimentado por uma atitude investigativa, o exercício profissional cotidiano tem ampliadas as possibilidades de vislumbrar novas alternativas de trabalho nesse momento de profundas alterações na vida em sociedade (IAMAMOTO, 2009, p. 49).

Essa concepção é a mais urgente de ser problematizada em todos os espaços de inserção do assistente social, uma vez que há que se romper com uma visão que está presente nos discursos há mais de sete décadas de institucionalização da profissão, no Brasil. Essa é uma missão não só dos profissionais, mas inclusive dos acadêmicos na execução de seus projetos de intervenção, ao esclarecer aos usuários e demais profissionais sobre a atuação do Serviço Social, sendo seu dever “fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o Sigilo Profissional” (CFESS, 1993, s/p).

Outra questão que aparece é o pouco conhecimento por parte dos profissionais sobre o Serviço Social. Isso remete aos muitos equívocos que por vezes se relacionam quando se trata do Serviço Social. Esse “pouco conhecimento” pode estar ligado a fatores como pouca clareza acerca do Serviço Social em sua prática, como também a relacionar a nomenclatura Serviço Social com o profissional assistente social e ao “medo de se equivocar” quando o assunto é Serviço Social. Essa concepção deve ser trabalhada a partir do momento que discute-se a possibilidade de inserção de profissionais assistentes sociais na escola. É preciso que esse “pouco conhecimento” possa ser revertido para que o profissional assistente social não enfrente na escola demandas que não são de sua competência profissional e torne-se um profissional “que faz de tudo”.

Pode-se perceber, pelas respostas, que a definição clara e a real concepção de Serviço Social nas 6 escolas pesquisadas de São Borja ainda está distante do que é o Serviço Social. Nelas, vários termos reafirmaram o Serviço Social tradicional e conservador como é o caso de: “ajuda”, “carente”, “profissional preocupado com o “bem comum”, dentre outros. Isso é fruto de uma identidade atribuída pelo modo de produção capitalista desde a gênese do Serviço Social e em seus primeiros passos para a institucionalização, que deixa resquícios acerca do que realmente vem a ser

o Serviço Social hoje. Martinelli (2011, p.135) contextualiza essa identidade atribuída como “Práticas burocráticas, alienadas e reducionistas, destituídas de referencial crítico, foram o resultado material de todo esse processo, marcado ainda por uma intensa des-solidarização da categoria profissional, que incidia tanto sobre seus próprios pares como sobre suas relações com outras categorias profissionais”. A autora segue dizendo que historicamente o Serviço Social vem sendo concebida como “uma profissão complementar, a serviço de terceiros, representando permanentemente formas mistificadas de repressão e controle” (Idem, p.139).

Por sua vez, em 7% das respostas o Serviço Social é concebido enquanto profissional que trabalha com a comunidade escolar. Em se tratando do Serviço Social na área da educação, realmente o assistente social trabalhará com a comunidade escolar, assim como a família que apareceu na maioria das respostas. Segundo o Sujeito “E”, “Para mim é um serviço dedicado a comunidade, acho de extrema importância para a população, acho a nossa aqui ainda deficitária, precisa de mais ação”. Em muitos momentos os profissionais destacaram que a importância do profissional para trabalhar na comunidade, para poder conhecer uma realidade que muitas vezes aparece oculta no espaço escolar. Chama-se a atenção referente à fala de uma professora durante a 1ª ação do Projeto de Intervenção, quando ela diz que “[...] O assistente social é importante porque vai poder ir até a família, até a casa do aluno e isso eu não posso fazer, porque tenho que dar conta de atender vários alunos e ainda de passar o conteúdo [...]” (SUJEITO “F”). Percebe-se com isso que os professores, em muitas situações, entendem da necessidade de um profissional dotado de senso crítico e atitude investigativa para o desvendamento da realidade social (FRAGA, 2010) e que o professor tem ações limitadas à esse aspecto. Para Silva (2012, p.16) “o trabalho do assistente social deve contemplar a comunidade escolar, compreendida como esse mar cheio de vidas: professores, servidores, famílias, estudantes e a comunidade no entorno da escola”.

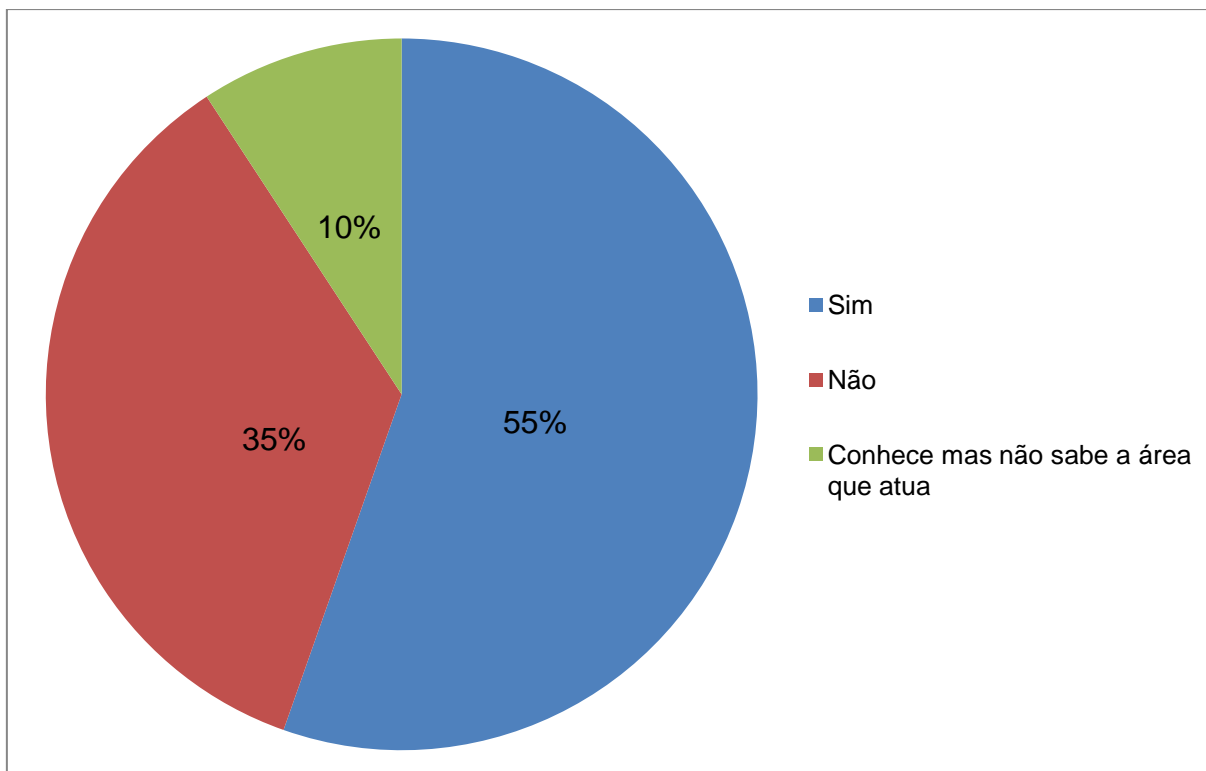
Outros 7% das respostas conceituam o Serviço Social como o profissional que acompanha os “problemas sociais” da sociedade em geral. Essa talvez tenha sido a resposta que mais chamou a atenção, devido ao fato de definir o Serviço Social como sendo uma profissão diretamente ligada aos problemas da sociedade. Essa resposta vem também de uma trajetória histórica em que os profissionais assistentes sociais trabalhavam na perspectiva do reajustamento social dos indivíduos que estavam em estado de “desarmonia social” (IAMAMOTO, 2011), em

que os problemas sociais eram vistos, muitas vezes, de maneira isolada, destituída de um contexto de relações sociais. Com isso, muitas vezes, acaba-se culpabilizando os sujeitos e suas condições sócio-econômicas em vez de serem pensadas alternativas que possam transformar a realidade dos mesmos. Esse pensamento reforça a fala de uma professora ao dizer que “[...] os pais são negligentes na vida escolar de seus filhos, quando chega o dia da entrega dos boletins muitos não comparecem [...]” (SUJEITO “G”). Essa situação é corriqueira, mas corre o risco de ignorar a possibilidade de pensar quais os motivos sócio-históricos que levaram esses pais a não participarem da vida escolar de seus filhos.

Por fim, 12% das respostas colocam outros elementos enquanto concepção de Serviço Social. Uma das respostas surpreende pela forma como consegue se aproximar da concepção de Serviço Social que desejava-se ao aplicar os instrumentos. “O Serviço Social está inserido dentro das políticas públicas, no que se refere ao atendimento/esclarecimento junto à população dos seus direitos, de onde buscar orientações, de analisar e posicionar-se diante dos fatos” (SUJEITO “H”). Essa resposta surpreende por sua forma minuciosa de descrever claramente a profissão do Serviço Social e foi importante para demonstrar que nem todos os professores são estranhos à concepção que hegemonicamente se defende enquanto categoria.

Quando perguntados se conheciam algum profissional assistente social as respostas foram as seguintes:

Figura 2: Conhecimento do profissional Assistente Social



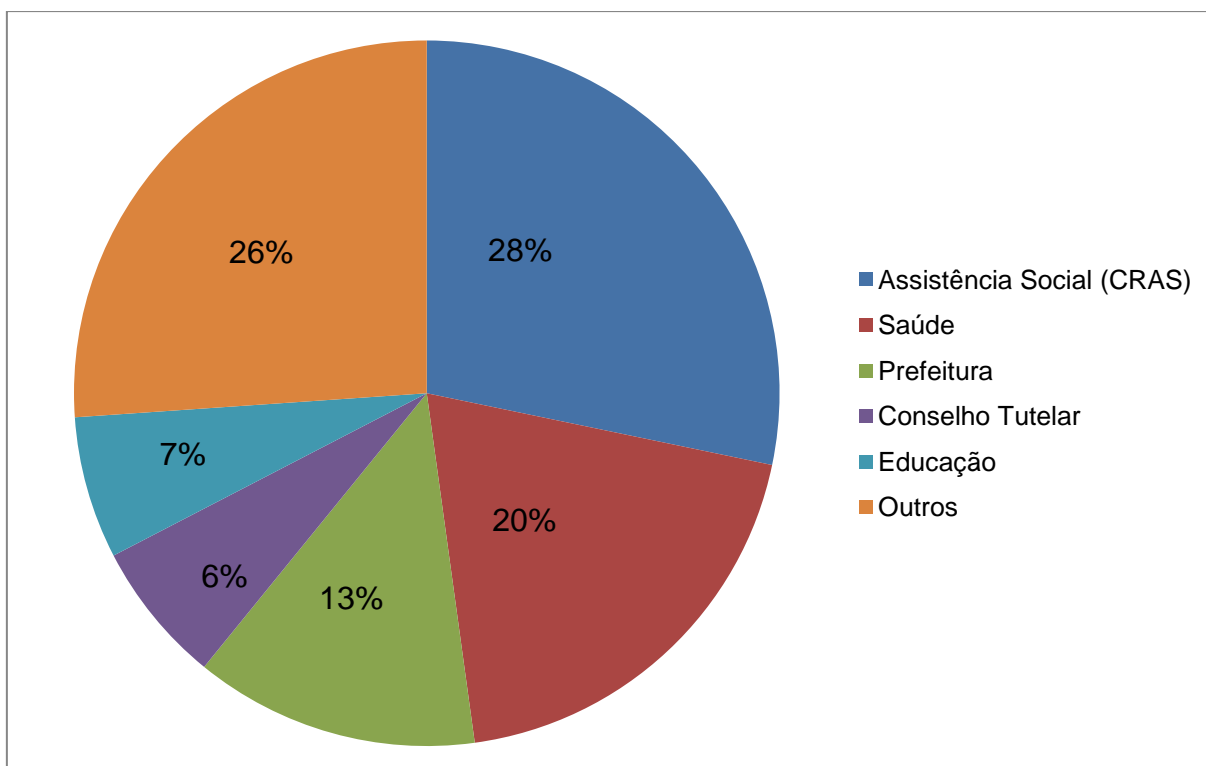
Fonte: Sistematização feita pelo autor com base nas informações coletadas durante a execução do Projeto de intervenção.

Como pode-se perceber, 36 pessoas disseram que conhecem algum profissional assistente social, o que equivale a 55% das respostas; 35% disseram que não conhecem nenhum profissional assistente social, o que corresponde à 23 respostas; e 6 pessoas afirmam que conhecem algum assistente social mas não sabem em que área atua, resultando em 10% das respostas.

Esses dados demonstram que por vezes o Serviço Social ainda é pouco conhecido, além do que, os profissionais não conseguem relacionar o exercício profissional do assistente social com a própria profissão. Isso pode ser resultado dos múltiplos espaços sócio-ocupacionais em que esses profissionais se inserem, causando a impressão de que o profissional inserido na saúde não faz parte da mesma categoria profissional do que está inserido na política de assistência social. Iamamoto (2009, p.80) defende que “Os assistentes sociais apesar do pouco prestígio social e dos baixos salários, formam uma categoria que tem ousado sonhar, que tem ousado ter firmeza na luta, que tem ousado resistir aos obstáculos, porque aposta na história, construindo o futuro, no presente”.

No que tange a terceira pergunta, a figura abaixo traz as principais áreas de atuação do Assistente Social apontadas pelos professores:

Figura 3: Áreas de intervenção profissional do Assistente Social



Fonte: Sistematização feita pelo autor com base nas informações coletadas durante a execução do Projeto de intervenção.

Como pode observar-se na figura a principal área de atuação destacada por 28% das respostas, considera a assistência social como sendo a principal área de atuação do profissional assistente social. Essa resposta apresenta-se pelo fato de que o Serviço Social foi, enquanto profissão, historicamente ligado ao assistencialismo e a caridade e, até hoje, é a política cuja inserção profissional se dá amplamente. Para além disso, os profissionais inseridos na política de assistência social em muitos casos enfrentam o desafio cotidiano do desconhecimento da assistência social enquanto direito previsto na Constituição Federal, sendo muitas vezes um profissional que media a dicotomia ainda existente entre direito e favor (COUTO, 2010). A política de assistência social e o Curso de Serviço Social são por vezes confundidos entre si. É corriqueiro ouvir o termo “curso de assistência social” nos diversos setores da sociedade.

Uma das professoras durante a execução do projeto de intervenção chegou a comentar que a sua sobrinha “[...] faz curso de assistência social [...] (SUJEITO “H”). Nesse mesmo sentido, em uma das respostas aparece: “conheço colegas que se formaram em assistência social, mas não conheço os trabalhos que desenvolvem” (SUJEITO “I”). Esse conflito de concepções também é herdado pela

conjuntura tantas vezes discutida durante esse trabalho, que vincula os primeiros passos do Serviço Social com a caridade, a filantropia e a ajuda.

O Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) aparece na maioria das respostas como sendo a principal instituição no qual o assistente social se insere. Por se tratar do município de São Borja, essas respostas podem estar ligadas também ao fato de que no município existem 5 CRAS localizados em diversificadas áreas do município. É preciso reconhecer a política de assistência social devido à sua magnitude e importância para a institucionalização do Serviço Social, mas é fundamental que não só os profissionais de outras áreas como também os assistentes sociais tenham o cuidado de não reduzir as suas ações apenas a essa política e sim possam discutir, potencializar e problematizar as demais políticas públicas que também demandam sua inserção.

A saúde, por sua vez, aparece em 20% das respostas. Essa política está enfrentando, assim como a educação, os efeitos causados pelas estratégias neoliberais, no qual o mercado ganha espaço e o Estado transfere grande parte de suas responsabilidades e recursos ao setor privado. Os profissionais mencionaram a saúde por conta de o assistente social trabalhar em equipes multiprofissionais e defender a saúde como direito universal, implantado com a Constituição Federal de 1988 e posteriormente com o Sistema Único de Saúde (SUS).

Além da saúde ser uma política que tem absorvido muitos profissionais (BRAVO; MATTOS, 2006), “quando o assistente social participa da equipe multiprofissional responsável por programas e projetos sociais, ele desempenha um importante papel de agente aglutinador e mobilizador da equipe, bem como contribui para a montagem da estrutura institucional de atendimento dos usuários envolvidos nas ações” (TRINDADE, 2012, p.93).

As prefeituras aparecem em 13% das respostas dos profissionais. Esse dado chama a atenção por não especificar exatamente a área que esses profissionais se inserem. As prefeituras, assim como outras instituições públicas, demandam os profissionais assistentes sociais para trabalharem nas políticas sociais ou em departamentos internos. Esse dado representa a dificuldade dos profissionais em discernir o trabalho do assistente social e de que maneira ele se insere nos espaços sócio-ocupacionais, o que só corrobora com as discussões feitas nesse capítulo acerca do desconhecimento de outros profissionais frente ao trabalho e a profissão.

A política de educação aparece, na sequência, em 7% das respostas. Essa área em particular foi de suma importância ao ser mencionada, afinal, as escolas fazem parte da Secretaria Municipal de Educação que até o ano de 2009 não contava com um profissional assistente social. O que chama a atenção, nessa questão, é que em nenhum momento os profissionais se referiram ou mencionaram o Centro de Atendimentos Múltiplos (CAM) como instituição que conta com esse profissional. É importante isso ser retomado pelo fato de que a assistente social que está no CAM, no qual faz parte do departamento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação, é também responsável pelo atendimento das demandas das escolas municipais, sendo a profissional representante da política de educação nas escolas básicas do município de São Borja-RS. Para Amaro (2012, p. 105) “Interdisciplinarmente condicionado, o assistente social se insere na educação municiado de sua capacidade de abordar tanto as diversas situações sociais excludentes que movimentam a escola, como os processos de resgate e fortalecimento da cidadania requeridos”.

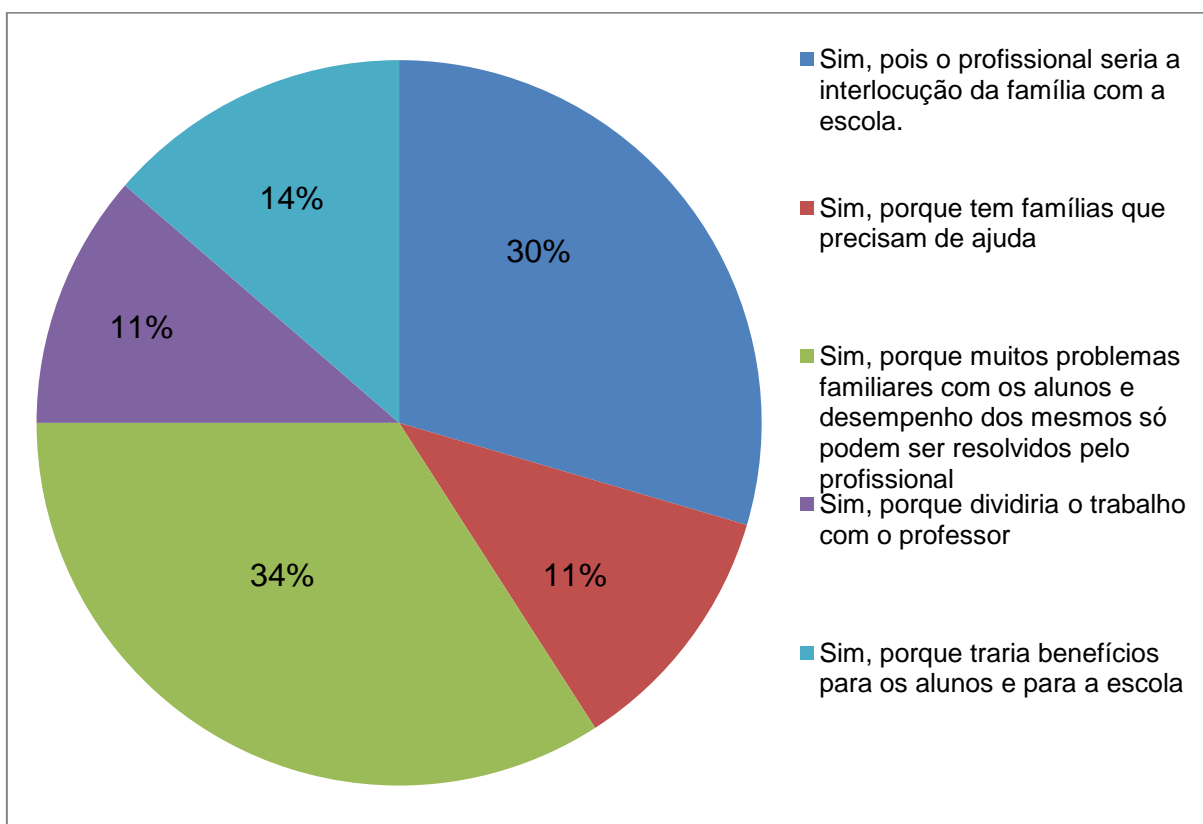
Talvez o dado mais curioso refere-se aos Conselhos Tutelares como sendo espaço de atuação do assistente social em 6% das respostas. A dúvida se estabelece com relação a esse percentual, uma vez que não se sabe se os profissionais conhecem bacharéis em Serviço Social que trabalham no Conselho Tutelar ou se eles atribuem que os conselheiros tutelares exercem a profissão de Assistente Social. Essa confusão pode acontecer devido ao funcionamento do Conselho Tutelar que atua na perspectiva da proteção integral da criança e do adolescente, o que pode confundir com o exercício profissional do assistente social.

As demais respostas que correspondem 26% trazem outras áreas de atuação em que os professores conhecem assistentes sociais, sendo que o mais curioso nas respostas diz respeito ao conhecimento, por parte de um entrevistado, de um assistente social que trabalha no museu municipal. Isso demonstra e confirma a dificuldade em discernir o que o assistente social faz e onde ele atua.

A próxima figura, tão importante quanto as anteriores, demonstra se os professores consideram importante a inserção do assistente social na escola e por quê. Essa pergunta é estratégica para saber até ponto os professores sabem quais as contribuições, de fato, do assistente social na escola. Em 100% das respostas, o que compreende os 65 instrumentos respondidos, os profissionais consideraram importante a inserção do assistente social na escola. Essa informação demonstra

que os profissionais reconhecem que independentemente do exercício profissional que for exercer, o assistente social deve ser inserido no quadro de funcionários da escola, o que vai ao encontro do Projeto de Lei (PL 3688/2000). Nesse momento percebe-se uma contradição, uma vez que, muitos profissionais não têm clareza acerca do Serviço Social, como se pode observar por meio das respostas elencadas, contudo mesmo que haja divergências tais sentem necessidade de se ter esse profissional na escola.

Figura 4: Importância da inserção do Assistente Social na escola



Fonte: Sistematização feita pelo autor com base nas informações coletadas durante a execução do Projeto de intervenção.

Em conformidade com a pergunta, a resposta que mais aparece (34%) é que o assistente social é importante na escola porque “muitos problemas familiares com os alunos e desempenho dos mesmos só podem ser resolvidos pelo profissional”. Isso vai ao encontro da capacidade de desvendamento da realidade social que é particular a intervenção dos profissionais do Serviço Social. Durante as intervenções, os professores mencionaram que “na escola nos deparamos com problemas sérios e que muitas vezes ficamos de ‘mãos atadas’, sem saber como ir em frente” (SUJEITO “J”). O assistente social, nesse espaço, vai trabalhar conjuntamente com a rede socioassistencial do município e, consecutivamente, com

todos os profissionais que fazem parte desse meio. É a partir disso que vai poder adotar estratégias de apreensão dessa realidade, visando a permanência, com qualidade, do aluno na escola. É preciso ter clareza que o profissional não vai ser suficiente para dar conta de todas as fragilidades presentes nesse espaço. Isso só será possível contando com o apoio articulado dos demais profissionais, mas também dos espaços e órgãos competentes que definem e conduzem a política educacional no município. Para Silva (2012, p.30) “é importante criar, construir e efetivar pontos para que a rede seja construída, consolidada e que, através dela, não percamos mais vidas. Vidas de estudantes, de pais, de mães, de professores e de gestores”.

A segunda resposta, que aparece com 30%, traz que o assistente social é importante porque faz uma interlocução entre a família e a escola. Essa informação já vem sendo discutida quando a família apareceu como a categoria principal em que o assistente social atua. Essa informação surge pela preocupação dos profissionais em tentar aproximar mais a família da escola, entendendo essa como agente fundamental para o desenvolvimento educacional do aluno. Os professores em suas falas tem sentido muito a ausência da família no ambiente escolar, dizendo que a relação entre a escola e a família deve ser maior do que “os pais virem buscar os boletins de seus filhos”. Amaro (2012, p.40) ao dissertar sobre isso, diz que “entendemos que são, de fato, as incertezas econômicas, o desemprego, o estresse cotidiano, a luta por sobrevivência, a fragilização das relações e o racionamento nos afetos impostos pelo mundo moderno que normalmente trazem danos à qualidade relacional da família”. É importante destacar que nem sempre os pais que não participam efetivamente da educação de seus filhos estão sendo negligentes à ela. Muitas vezes, essa não participação pode ser resultado de uma vida corrida e carregada de desencontros como bem expressa a autora. É nesse cenário que a intervenção do assistente social se mostra essencial.

Em 11% das respostas o assistente social é importante porque tem famílias que precisam de “ajuda”. Não se atendo a termos e sim referindo a um contexto mais amplo, essa resposta se refere às fragilidades em que o assistente social se depara em vários espaços sócio-ocupacionais, dentre eles a própria escola. Essas situações podem ser de violência, negligência, abuso sexual, trabalho infantil, bullying, rompimento de vínculos ou fragilidade dos mesmos, dentre outras situações. Essas são fragilidades complexas que causam sentimento de impotência

por parte do professor, isso sem falar quando essas situações não são identificadas e chegam num ponto que o próprio aluno as revela como sinal de pedido de socorro (AMARO, 2012). Isso problematiza mais uma vez a necessidade de se ter não só assistentes sociais como também psicólogos nesse espaço, pois muitos são os momentos em que os alunos e seus pares tem seus direitos violados.

Em 14% das respostas esse profissional seria importante porque traria benefícios para os alunos e para a escola. Amaro (2012) diz que

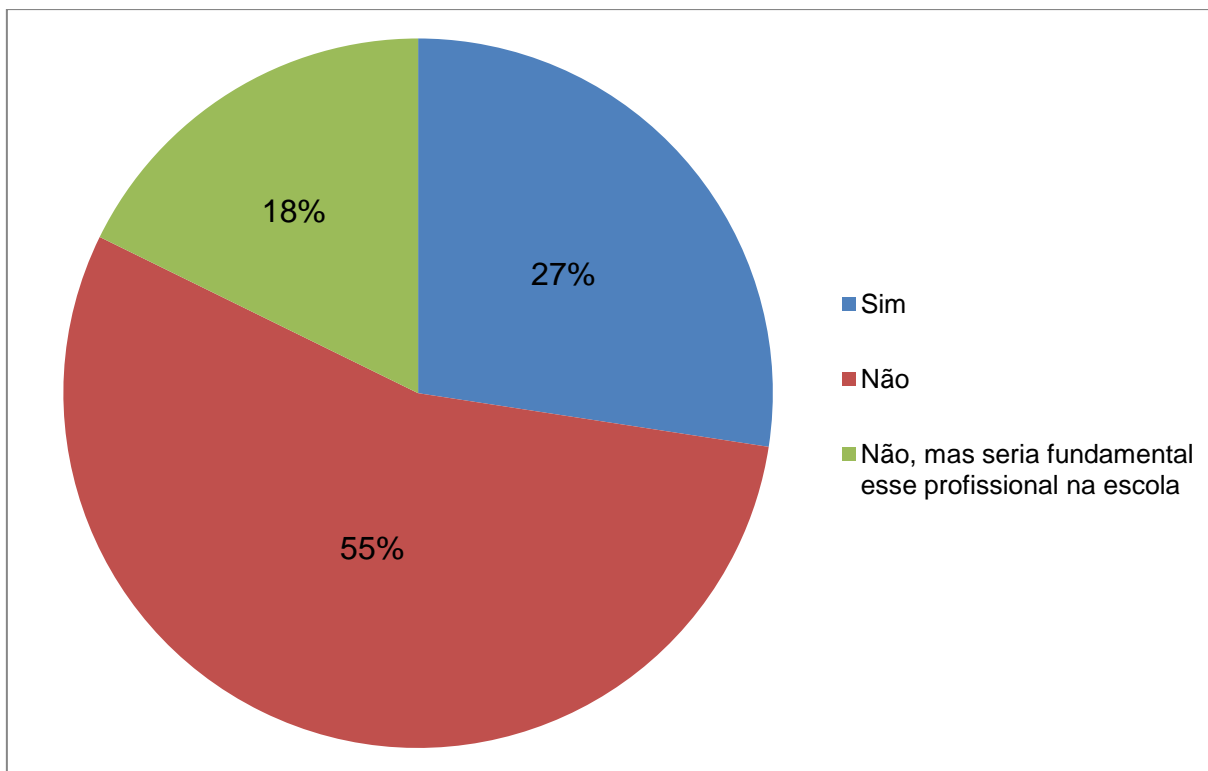
O compromisso principal do trabalho do Serviço Social educacional é levar, literalmente, os indivíduos a escreverem a sua “própria história”. Tudo começa com a criação de uma oportunidade para que possam gerar suas próprias problematizações, referências e alternativas de ação transformadora no meio social onde vivem. Mas o importante é que esse caminho seja realmente calcado na autonomia de pensar e agir, ou seja, deve incentivar-se e patrocinar que as ideias e enfrentamentos emergjam da própria comunidade.

A autora afirma essa importância do profissional vai beneficiar além da escola como, a política de educação como um todo, pois suas ações serão sempre voltadas para o crescimento e valorização dos sujeitos. Sujeitos esses que criarão e recriarão sua história e a da sociedade, decidindo seus rumos.

A afirmação que talvez mais preocupe esse estudo diz respeito a 11% das respostas, ao afirmarem que o assistente social é importante porque dividiria o trabalho com os professores. Silva (2012) muito bem problematiza essa questão ao afirmar que o assistente social na escola vai, de forma alguma, substituir o trabalho do professor no processo de ensino-aprendizagem. O Serviço Social tem uma Lei de Regulamentação da Profissão e um Código de Ética Profissional que definem as atribuições, competências, direitos e deveres do trabalho profissional, assim como os professores tem também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação que delimitam o exercício profissional dos professores. Em nenhum momento é de pretensão do assistente social ocupar um espaço alheio, da mesma forma que assumir uma função que não é sua. Pelo contrário, a ideia principal é que todas as áreas do saber possam trabalhar conjuntamente, articulando saberes e visando contribuições para a escola, onde cada um possa respeitar as suas particularidades.

A última figura, diz respeito sobre como a escola vem conduzindo as discussões referentes a PL 3688/2000, que diz respeito a inserção de assistentes sociais na escola. Essas discussões serão apresentadas na figura a seguir.

Figura 5: Possibilidade de inserção do Assistente Social na escola



Fonte: Sistematização feita pelo autor com base nas informações coletadas durante a execução do Projeto de intervenção.

Como pode se observar 27% das respostas trazem que a escola já discutiu a importância de se ter assistente social na escola. Muitos chegaram a dizer, durante as intervenções, que a escola precisa desse profissional, contudo não depende dela essa inserção e sim dos órgãos competentes. Surpreendentemente 55% das respostas disseram que em nenhum momento a escola discutiu sobre essa possibilidade, sendo, provavelmente, o Projeto de Intervenção do acadêmico o primeiro momento mais efetivo de aproximação do Serviço Social com a escola. Outra curiosidade se dá pelo fato de que alguns projetos da Universidade Federal do Pampa foram realizados em escolas que participaram desse instrumento. Isso levanta o questionamento: após o término dos projetos, a escola não sentiu necessidade de continuar contando com as contribuições do Serviço Social?

Já 18% das respostas trazem que a escola não discutiu sobre esse assunto, mas considera importantíssima a inserção dos assistentes sociais na escola. Chama atenção a divergência de respostas apresentada pelos professores, na mesma escola, levando ao questionamento: será mesmo que a escola vem discutindo sobre esse assunto? Se discutem, porque tem profissionais que desconhecem essas discussões?

Independentemente das respostas que apareceram nesses instrumentos pode-se dizer que o Serviço Social deu mais um passo nas discussões referentes à sua inserção na política educacional, em específico no âmbito escolar. Isso se justifica porque fez com que os professores repensassem a sua prática e refletissem acerca das demandas que se apresentam todos os dias na escola.

Essas informações evidenciam que é urgente de ser discutida a intervenção do assistente social na política educacional, em específico na escola. É preciso que esse espaço possa ser pauta das discussões na categoria profissional e, devido à sua importância, nos espaços de formação profissional. Da mesma forma, baseando-se nesses resultados e na problematização feita, o projeto de intervenção demarcou sua relevância acadêmica e social. O projeto se justificou a partir do momento em que convidou profissionais das escolas para refletir sobre o papel do profissional assistente social neste espaço.

O projeto tornou-se pertinente porque propôs o diálogo do acadêmico com outros profissionais, fortalecendo a concepção de trabalho em rede, da mesma forma que fortalece a política de educação como possibilidade de atuação do Serviço Social. Da mesma forma, esse projeto foi um convite aos profissionais da área da educação a refletir sobre as demandas de seu cotidiano de trabalho, onde muitas vezes, os mesmos ficam sobrecarregados tendo que assumir demandas que vão para além do ensino-aprendizagem.

Outro fator importante é que esse projeto propôs ações relativamente novas, uma vez que o acadêmico adentrou uma política, que no município de São Borja-RS, ainda não conta com a presença de profissionais assistentes sociais no seu quadro de funcionários, que é o caso das escolas municipais e, como resultado deste processo, pode-se construir um fortalecimento das ações referentes à luta do conjunto CFESS/CRESS por meio das discussões elencadas, da mesma forma que valorizar a escola enquanto espaço sócio-ocupacional do Serviço Social.

Dessa forma, pode se perceber que é emergencial a inserção do assistente social nas escolas, conforme percebeu-se na presente análise. O Serviço Social na educação é fundamental, pois é esse profissional, por meio das dimensões da sua formação que vai dar visibilidade à educação com todos os olhares atentos que essa política merece, tendo como objetivo principal à educação emancipadora, democrática e com vistas à cidadania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É interessante salientar que em muitos momentos a educação e o Serviço Social foram transversais nos avanços sócio-históricos do Brasil. Tanto os profissionais do Serviço Social quanto os da educação passaram por processos de avanços democráticos e, posteriormente, de retrocessos por meio da instauração da Ditadura Militar no país e de outras influências econômico-sociais.

Conforme a atual posição da categoria profissional o Serviço Social vem, no campo da política educacional, defendendo outra concepção de educação que não é a educação burguesa. Por meio da apropriação do Projeto Ético-Político, os assistentes sociais vêm lutando por uma educação crítica, democrática, reflexiva e de qualidade, nomeada educação cidadã.

Essa concepção de educação vai ao encontro da formação de sujeitos que possam se tornar autores de sua própria história, da mesma forma que possibilita que esses se reconheçam enquanto sujeitos de direitos. Essa educação, para a sua efetivação, depende do entorno social em que está inserida. Por isso a necessidade de uma sólida formação profissional, com rigoroso trato teórico-metodológico, para se ter intervenções profissionais que legitimem seu caráter crítico e interventivo, ao encontro da direção social do Serviço Social.

Com a inserção, enquanto estagiário, na política de educação do município e posteriormente com a execução do Projeto de Intervenção voltado para os diferentes atores da educação, pode-se concluir que a inserção do Serviço Social na educação e mais precisamente na escola é urgente. Essa emergência se dá em razão da complexificação das relações sociais que se estabelecem cotidianamente na escola e que deixam os professores em uma posição de não-atendimento das demandas, tendo em vista que as situações vão para além do espaço de sala de aula e extrapolam o processo de ensino-aprendizagem.

Após a análise dos instrumentos aplicados com os professores percebeu-se que os mesmos ainda tem dificuldade de conceituar o Serviço Social, da mesma forma que não conseguem claramente definir o seu exercício profissional. Para que esse profissional se insira nessa política é preciso que antes os próprios profissionais tenham clareza do exercício profissional do assistente social, evitando que surjam demandas que não são de sua competência teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

As respostas deixaram claro que independentemente da concepção que os profissionais têm acerca do Serviço Social, há concordância com a importância que esse profissional nesse espaço. A política de educação e, nesse caso, a escola, não pode ser visto enquanto apenas mais um espaço de inserção sócio-ocupacional do assistente social, pois se estaria traduzindo a intervenção sob aquilo que em todo trabalho criticou-se: a formação do assistente social para o mundo do trabalho, o que tiraria a legitimidade e limitaria a infinidade de possibilidades que o Serviço Social na escola encontra. A perspectiva aqui defendida faz menção à educação cidadã, a qual traz a escola também enquanto espaço de formação política dos mesmos.

A plenitude da educação cidadã terá espaço em um novo modelo societário que garanta a equidade para os sujeitos, pois no sistema vigente o sistema educacional como um todo ainda é permeado de várias limitações estruturais que ameaçam a formação crítico-reflexiva dos sujeitos, tornando a escola um espaço de manutenção do *status quo*.

No nível de produção acadêmica, as discussões sobre a inserção do Serviço Social na política educacional ainda são incipientes se comparadas com as políticas de saúde e assistência social. É preciso que a categoria profissional possa fortalecer as discussões referentes à essa política para que a escola seja também um espaço de inserção profissional, garantindo que esse espaço reconheça o trabalho do assistente social e que futuramente possa absorver um contingente de profissionais assim como as demais políticas. Essas discussões já devem ser iniciadas nos próprios cursos de graduação em Serviço Social, tendo vista a legitimidade do Projeto de Lei de nº3.688/2000, para que os futuros profissionais possam estar cada vez mais articulados para o (re)conhecimento dessa política como sendo também espaço de atuação do Serviço Social e para romper com essa lacuna presente na produção acadêmica na área do Serviço Social.

O exercício de conversar com os demais profissionais da educação, como feito durante a execução do projeto de intervenção, também deve se tornar cada vez mais contínuo no Serviço Social, pois é esse contato estabelecido que permitirá que os profissionais da educação possam expor as suas dificuldades e limitações e os profissionais do Serviço Social possam mostrar em que aspectos podem contribuir. Esse exercício garante, aos poucos, o reconhecimento da importância do Serviço Social pelos demais profissionais da educação.

Esse trabalho justificou sua relevância acadêmica no momento em que se propôs discutir sobre uma temática que é recente em alguns aspectos, mas histórico no que se refere à sua possibilidade de inserção. A contribuição do estudo está no reconhecimento do estágio enquanto momento ímpar da formação, dado que o trabalho foi resultado do processo supervisionado, da mesma forma, que demonstrou o fortalecimento da relação entre a universidade (por meio do Curso de Serviço Social) e a escola, mostrando que o assistente social nesse espaço tem demandas relativas à sua intervenção, em face de sua formação crítica de atuar com determinadas particularidades da vida em sociedade.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das origens à Araxá**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

AMARO, Sarita. **Serviço Social na Educação: bases para o trabalho profissional**. Florianópolis: UFSC, 2012.

APPLE, Michael W. **Para além da lógica do mercado: compreendendo e opondo-se ao Neoliberalismo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira; SANCHES, Ydeliz Coelho de Souza. Transformação Social: uma possibilidade de educação escolar?. In: PARO, Vitor Henrique (Org.). **A teoria do valor em Marx e a educação**. São Paulo: Cortez, 2006.

AZEVEDO, José Clóvis de. **Educação Cidadã: desafios, diálogos e travessias**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BAPTISTA, Myrian Veras. **Planejamento Social: intencionalidade e instrumentação**. 2.ed. São Paulo: Veras Editora, 2002.

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Lei de Diretrizes de diretrizes e bases da educação nacional** (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 24 set. 2013.

_____. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**. Disponível em:

< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>.

Acesso em: 24 nov. 2013.

_____. **CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL DE**

1937. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>.

Acesso em: 27 nov. 2013.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).** Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>.

Acesso em: 13 fev. 2014.

_____. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.** Resolução nº109, de 11 de novembro de 2009. Disponível em:

<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Tipificacao%20Nacional%20de%20Servicos%20Socioassistenciais.pdf/view.>>.

Acesso em: 05 fev.2014.

BRAVO, Maria Inês de Souza; MATOS, Maurílio Castro de. Projeto Ético-Político e sua relação com a Reforma Sanitária: Elementos para o Debate. In: MOTA, Ana Elizabete. [et al], (orgs). **Serviço Social e Saúde: formação e trabalho profissional.** São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, Cortez, 2006. p.197-217.

BURIOLLA, Marta A. Feiten. **O Estágio Supervisionado.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira Silva e (Org.). **Serviço Social, Pós-graduação e produção de conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho.** 15.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CASTRO, Alba Tereza B. de. Política Educacional e direitos sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Capitalismo em crise: Política social e direitos.** São Paulo: Cortez, 2010.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2007.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de educação**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/.../BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO>. Acesso em: 18 fev. 2014.

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DOS ASSISTENTES SOCIAIS. Resolução CFESS nº 273/93 de 13 de março de 1993. IN: **COLETÂNEA DE LEIS**: revista e ampliada. CRESS: Porto Alegre, 2005.

COGOY, Eliana Mourgues. **Assessoria do Serviço Social à educação inclusiva na rede de ensino fundamental em São Borja**: o CAM como espaço de atuação profissional. Projeto de Extensão. Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA, 2011.

COUTINHO, Ângela Araujo; RIBEIRO, Mirian dos Santos; BARRETO, Valdineide Barauna. Serviço Social e família: as contribuições do profissional do Serviço Social para efetivação da participação familiar no acompanhamento educativo. In: SILVA, Marcela Mary José da (Org.). **Serviço Social na educação**: teoria e prática. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

COUTO, Berenice Rojas. **O Direito Social e a assistência social na sociedade brasileira**: uma equação possível?. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

DELVAL, Juan. **Manifesto por uma escola cidadã**. São Paulo: Papirus, 2006.

ESTEVÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FAZENDA, Ivani. **O que é interdisciplinaridade?**. São Paulo: Cortez, 2008.

FRAGA, Cristina Kologeski. A atitude investigativa no trabalho do assistente social. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 101, p. 40-64, jan./mar. 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREITAS, Marcos Cezar; BICCAS, Maurilane de Souza. **História Social da educação no Brasil (1926-1996).** São Paulo: Cortez, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real.** 6.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. **A produtividade da escola improdutiva: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista.** 9.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (FEE). Disponível em: <<http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/capa/index.php>>. Acesso em: 18 de out.2013.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório.** 10.ed. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Educação e compromisso.** 5.ed. São Paulo: Papyrus, 1995.

_____. Reformas educativas e o retrocesso democrático no Brasil nos anos 90. In: LINHARES, Célia (Org.). **Os professores e a reinvenção da escola: Brasil e Espanha.** 2.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e educação.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Educação não formal e o educador social: atuação no desenvolvimento de projetos sociais.** São Paulo: Cortez, 2010.

GOIN, Mariléia. **O processo contraditório da educação no contexto do Mercosul: uma análise a partir dos planos educacionais.** Florianópolis: UFSC, 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro Sócio-econômico.

HAHHAD, Sérgio. **Banco Mundial, OMC e FMI: o impacto nas políticas educacionais.** São Paulo: Cortez, 2008.

HOEPNER, Charles Machado. **Análise Institucional**. São Borja/RS, 2013 a.

_____. **Projeto de Intervenção**. São Borja/RS, 2013 b.

_____. **Relatório Final de Estágio II**. São Borja/RS, 2013 c.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Estado, classes trabalhadoras e políticas sociais no Brasil. In: BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16. ed. São Paulo, Cortez: 2009.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social: Ensaio Crítico**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 34.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 18 jan.2014.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado: a política social do neoliberalismo. In: LAURELL, Asa Cristina (Org.). **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10.ed. São Paulo: Cortez, 2011

MAGALHÃES, Antônio M.; STOER, Stephen R. **A escola para todos e a excelência acadêmica**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: Identidade e alienação**. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARTINS, Eliana Bolorino Canteiro. O Serviço Social no âmbito na política educacional: dilemas e contribuições da profissão na perspectiva do Projeto Ético-Político. In: SILVA, Marcela Mary José da (Org.). **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/.../lein9394.pdfM. Acesso em: 18 dez.2013.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **A natureza do Serviço Social**: um ensaio sobre a sua gênese, a “especificidade” e sua reprodução. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MOREIRA, Carlos Felipe Nunes. Serviço Social na educação básica: particularidades do trabalho do assistente social no atual cenário carioca. In: PEREIRA, Larissa Dahmer; ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de (Orgs.). **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elizabete; BRAVO, Maria Inês Souza; UCHÔA, Roberta (Org.). **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. O Movimento de Reconceituação 40 anos depois. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n.84, p. 5-19, nov. 2005.

NIDELCOFF, Maria Teresa. **Uma escola para o povo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

OLIVEIRA, Carlindo Rodrigues de.; OLIVEIRA, Regina Coeli de. Direitos Sociais na Constituição Cidadã: um balanço de 21 anos. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n.105, p.5-29, jan./mar.2011.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 25 Nov. 2013.

PEREIRA, Larissa Dahmer. **Educação e Serviço Social: do confessionalismo ao empresariamento da formação profissional**. São Paulo: Xamã, 2008.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da Educação: de Confúcio a Paulo Freire**. São Paulo: Contexto, 2012.

PILETTI, Nelson; ROSSATO, Geovanio. **Educação básica: da organização legal ao cotidiano escolar**. São Paulo: Ática, 2010.

SÃO BORJA. **Prefeitura Municipal de São Borja**. Disponível em: <<http://www.saoborja.rs.gov.br/portal/>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **O professor e o combate à alienação imposta**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Maria Ozanira Silva e. **O Serviço Social e o Popular: resgate teórico-metodológico do projeto profissional de ruptura**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Marcela Mary José da. O lugar do Serviço Social na Educação. In: SILVA, Marcela Mary José da (Org.). **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SILVA, Tattiana Tessye Freitas da. Apontamentos sobre Serviço Social e Educação: um olhar a partir dos documentos legais existentes. In: SILVA, Marcela Mary José da (Org.). **Serviço Social na Educação: Teoria e Prática**. Campinas, SP: Papel Social, 2012.

SIMÕES, Carlos. **Curso de Direito do Serviço Social**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2011.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Envelhecimento e trabalho no tempo de capital: implicações para a proteção social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

TRINDADE, Rosa Lúcia Prêdes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A dimensão técnica-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: UFJF, 2012.

VERZERI. **Centro de Formação Teresa Verzeri**. Disponível em: <<http://www.cftv-saoborja.org.br/index.php?secao=historia>>. Acesso em: 17 dez. 2013.

VIDAL, Diana Gonçalves. Escola Nova e processo educativo. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes Faria; VEIGA, Cynthia Greive. **500 anos de Educação no Brasil**. 4.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WOLF, Salete Elvira Oliveira. **A inserção do assistente social na Secretaria Municipal de Educação de São Borja-RS**. São Borja, 15 mar. 2013. Entrevista concedida a Charles Machado Hoepner.

ZOTTI, Solange Aparecida. **Sociedade, educação e currículo no Brasil: dos jesuítas aos anos de 1980**. Campinas, SP: Autores Associados; Brasília, DF: Editora Plano, 2004.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Instrumento do Projeto de Intervenção

Estagiário: Charles Machado Hoepner

Projeto de Intervenção: “**O Serviço Social na escola: desafios e contribuições do assistente social nas escolas de São Borja-RS**”.

1- O que você sabe sobre o Serviço Social?

2- Conhece algum assistente social? Em que área ele trabalha?

3- Você considera importante a inserção do assistente social na escola? Por quê?

4- Sua escola já discutiu a possibilidade de inserção de um Assistente Social em seu quadro de funcionários? Como se deu essas discussões?



APÊNDICE B- Instrumento de avaliação

Ficha avaliativa do Projeto de Intervenção **“O Serviço Social na escola: desafios e contribuições do assistente social nas escolas de São Borja-RS”**.

Coloque sua opinião conforme cada item trabalhado no projeto.

1- O que você achou da apresentação?

- Ótimo
 Bom
 Regular

2- O que você achou da proposta do projeto?

- Ótimo
 Bom
 Regular

3- Qual a sua apreensão referente ao que foi apresentado?

- Ótima
 Boa
 Regular

Críticas e/ou Sugestões:

Muito Obrigado!
Charles Machado Hoepner
Acadêmico do 7º semestre do Curso de Serviço Social
Universidade Federal do Pampa